Jornal do Comércio 91 ANOS

O Jornal de economia e negócios do RS | Fundado por J.C. Jarros - 1933 | www.jornaldocomercio.com

Nº 1 - Ano 92 | Porto Alegre, sexta-feira e fim de semana, 24, 25 e 26 de maio de 2024 | Venda avulsa R$ 6,00

Chuvas alagam bairros e inundam ruas da Capital

Zona Sul teve mais de 120 mm de precipitação; novas áreas são atingidas no 21º dia da cheia p. 17

EVANDRO OLIVEIRA/JC

Parte do Menino Deus voltou a ficar inundada, surpreendendo motoristas e moradores que deixaram suas casas; comportas foram fechadas p. 18

Lixo descartado após enchente e falhas em drenagem deixam vias abaixo d'água

CADERNO ESPECIAL

Industriais e lideranças apontam caminhos da reconstrução no Estado

Os desafios da indústria gaúcha após a tragédia climática no RS são debatidos por empresários de diferentes setores no especial Dia da Indústria, que circula nesta edição. O caderno ainda destaca ações de empresas gaúchas para auxiliar os afetados pelas enchentes.

JC apoia a Retomada Econômica do Estado

REPORTAGEM CULTURAL

Charles Kiefer rompe o silêncio e explica por que se afastou da literatura

Autor de obras premiadas, Charles Kiefer abandonou a publicação de livros. Ele conta como encontrou um novo caminho na Kaballah. Caderno Viver

THAYNÁ WEISSBACH/JC

Kiefer é autor de vários livros bem-sucedidos

GESTÃO PÚBLICA p. 19

Engenheiros apontam falta de manutenção no sistema anti-cheia

CLIMA p. 17

Vento Sul pode represar Guaíba e nível deve subir

PATRIMÔNIO

Mercado Público só vai reabrir no início de junho

Começou nesta quinta-feira a limpeza do Mercado Público, que teve o primeiro andar inundado. As fortes chuvas atrapalharam os trabalhos. O centro de compras, que é patrimônio cultural da cidade, será reaberto em junho. p. 19

Indicadores

23 de maio de 2024

B3

-0,73%

Volume: R$ 22,084 bi

O índice fechou aos 124.729,40 pontos, sob cautela do nível dos juros do Fed e dúvidas internas sobre a orientação fiscal, reduzindo desempenho de alguns dos nomes de peso.

No mês	No ano	Em 12 meses
-0,95%	-7,05%	+13,46%

Dólar

Comercial	5,1535/5,1540
Banco Central	5,1437/5,1443
Turismo	5,2800/5,3670

Euro

Comercial	5,5700/5,7010
Banco Central	5,5675/5,5702
Turismo	5,7300/5,8080

opinião

Editora: Paula Sória Quedi
opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ EDITORIAL

As chuvas persistentes e o desafio do RS

Além de deixar mais de 70 mil desabrigados e centenas de mortos, feridos e desaparecidos, o retorno das chuvas com grande intensidade nesta quinta-feira ao Rio Grande do Sul levou milhares de pessoas a reviverem a perda de suas casas, o fato de terem deixado animais de estimação para trás, perdido objetos referenciais de suas vidas e memórias afetivas.

Mais aterrador é que, desde domingo, institutos de meteorologia alertavam para volumes expressivos de chuva. Em Porto Alegre, por exemplo, a água não só voltou a subir em bairros onde já havia baixado, como Menino Deus e Cidade Baixa, como alagou partes antes não afetadas, como Restinga, Camaquã e Tristeza.

Moradores voltaram a sair de casa em bairros de Porto Alegre onde a água já havia baixado

As duas principais justificativas da prefeitura para a situação são o lodo, depositado nos vários quilômetros de canos do sistema de drenagem devido à cheia do Guaíba.

Isso fez com que bueiros não suportassem o volume de precipitação e transbordassem. Soma-se a isso, a quantidade de chuva além da esperada, que era em torno de 70 milímetros. E nesta quinta-feira choveu mais de 112 mm, o esperado para todo maio.

O certo é que a inundação não tem uma causa só. O sistema inteiro de drenagem necessita passar por manutenção, assim como é preciso um cronograma anual de retirada de acúmulo de areia de arroios. O mesmo vale para o lago Guaíba e outras bacias hidrográficas de responsabilidade da União e do Estado.

Pior é que o volume de chuva deve gerar um repique no Guaíba. O nível do lago no Cais Mauá baixou pela primeira vez dos 4 metros desde o início da enchente. E a previsão é de que as águas só voltarão a ficar abaixo dos 3 metros, nível da cota de inundação - por volta do dia 3 de junho.

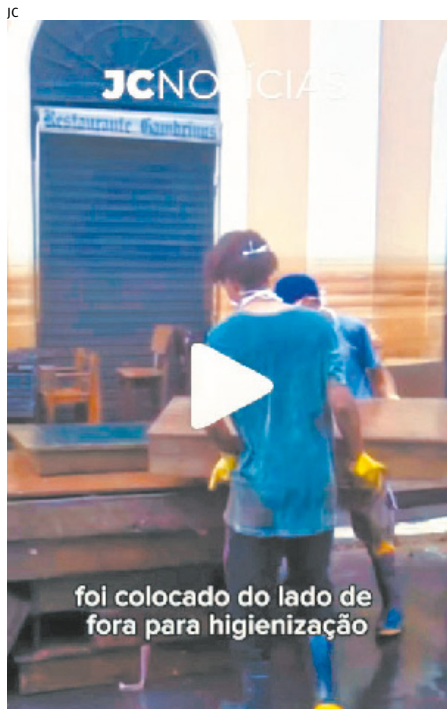
No Centro Histórico, vários comércios já faziam levantamento dos prejuízos e limpavam as lojas para reabrir. Foi tudo novamente paralisado nesta quinta-feira, assim como as aulas, que estão suspensas nesta sexta-feira.

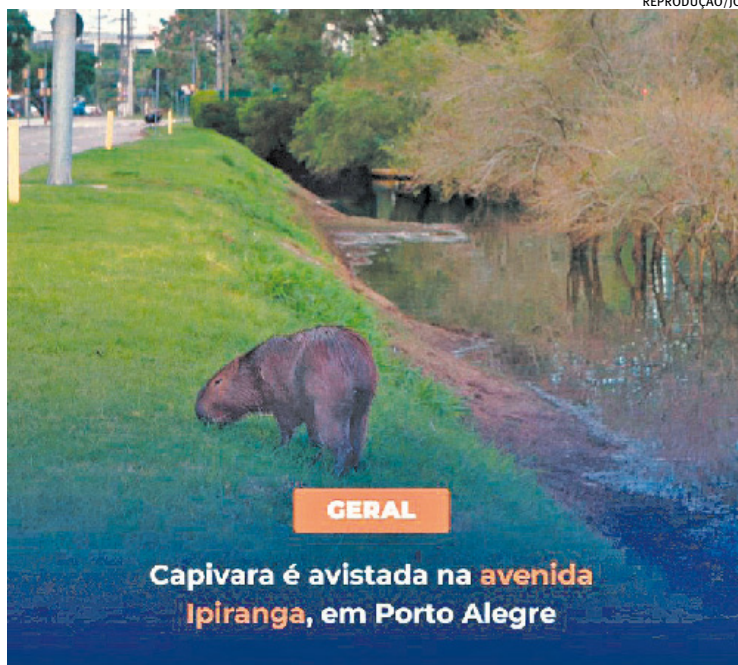
Porto Alegre precisará, também, recuperar o sistema que protege a cidade contra as cheias - diques e comportas. Da mesma forma, é inadiável refazer seu Plano de Contingência, diante da tragédia histórica, na qual níveis de rios atingiram níveis nunca antes registrados.

Os documentos funcionam como um esboço das atividades de resposta a uma catástrofe, ou seja, ações de socorro, assistência e reabilitação dos cenários. Essa preparação permite que as soluções ocorram de forma mais rápida e organizada e, sobretudo, dão mais segurança à população.

/ DESTAQUES NA EDIÇÃO DIGITAL

jornaldocomercio | jornaldocomercio | JC_RS | JornaldoComercioRS | company/jornaldocomercio

JC

O Mercado Público de Porto Alegre, que teve o primeiro piso totalmente inundado pela enchente, será reaberto parcialmente para atendimento à população no mês de junho. O trabalho de higienização do prédio, que começou nesta quinta-feira - à tarde paralisado devido à chuva -, deve durar pelo menos cinco dias. No entorno do edifício, é possível visualizar a marca da água - que chegou a 1,70m de altura, acima do verificado na enchente de 1941. Assista ao vídeo acessando o QR Code.

REPRODUÇÃO/JC

Após as enchentes que tomaram conta das ruas de Porto Alegre no início do mês, uma capivara foi avistada às margens do Arroio Dilúvio, na avenida Ipiranga, próxima ao Shopping Praia de Belas. A situação bastante incomum chamou a atenção de quem passava pela região e várias pessoas pararam para registrar a cena. Mire no QR Code e acesse a matéria de Bárbara Lima.

Para acessar, aponte a câmera do seu celular para o QR Code

/ FRASES E PERSONAGENS

"A melhor política social é o controle da inflação." **Roberto Campos Neto,** presidente do Banco Central (BC).

"Queremos em 90 dias estar com essas casas permanentes prontas (para a população atingida pelas enchentes), queremos entregar mais rápido que todo mundo, para resolver o problema." **Claudio Teitelbaum,** presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-RS).

"Regiões como Cidade Baixa e Menino Deus, mais próximas ao Centro, concentravam a maior população negra e pobre de Porto Alegre até o século XX, quando essas famílias começaram a ser expulsas dali e obras para conter as cheias foram iniciadas. Fazia muitas décadas que esses locais não enchiam por causa da infraestrutura que chegou assim que as populações mais ricas ocuparam aquele espaço." **André Augustin,** pesquisador do Núcleo do Observatório das Metrópoles sediado na Ufrgs.

"A ideologização do discurso anti-ambiental contra a ciência, a democracia e os povos tradicionais trouxe um prejuízo gigantesco em relação à pauta ambiental. Contudo, alguns elementos permanecem sendo atrativos mesmo para parlamentares não alinhados com questões maiores." **Marcos Woortmann,** diretor-adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS
www.jornaldocomercio.com.br

Diretor-Presidente
Giovanni Jarros Tumelero

Editor-Chefe
Guilherme Kolling

direcao@jornaldocomercio.com.br
editorchefe@jornaldocomercio.com.br

Av. João Pessoa, 1282
Porto Alegre, RS • CEP 90040.001
Atendimento ao Assinante: (51) 3213.1300

Conselho

Presidente:
Mércio Cláudio Tumelero

Membros do Conselho:
Cristina Ribeiro Jarros
Jenor Cardoso Jarros Neto
Valéria Jarros Tumelero

Fundado em 25/5/1933 por
Jenor C. Jarros
Zaida Jayme Jarros

/ CENÁCULO/REFLEXÃO

Uma mensagem por dia

Neste dia, mergulhe na profundidade da Palavra de Deus, absorvendo-a em seu coração. Feche os olhos e permita que o Senhor fale com você. Em seguida, deixe-se modificar por sua força. Essa será uma experiência muito enriquecedora em sua vida.

Meditação

A Palavra de Deus é eficaz e precisa ser vivida.

Confirmação

"O Espírito é que dá a vida. A carne para nada serve. As palavras que vos falei são Espírito e são vida" (Jo 6,63).

Rosemary de Ross/Editora Paulinas

Começo de Conversa

Fernando Albrecht
fernando.albrecht@jornaldocomercio.com.br

Se é para listar os culpados pelos alagamentos, inclua-se boa parte da população que joga lixo nas ruas, causadora do entupimento das bocas de lobo e o bocal das bombas. Infelizmente pagam os justos pelos pecadores.

LUIZ ÁVILA/DIVULGAÇÃO/JC

Para não dizer que...

...não falei de flores, cidades como Tramandaí também fazem revitalização de áreas. A imagem mostra as obras na Praça dos Botos, nas margens do rio que dá seu nome à cidade. Todos gostam deste nobre mamífero, que tem fama de empurrar gentilmente para as margens quem está se afogando.

Voto do silêncio

Deveriam se ouvir a toda hora, mas os pássaros estão silentes. Nem mesmo os loquazes papagaios pararam de fazer reunião de condomínio nas partes mais altas de alguns bairros.

Nova profissão

De toda parte vem reclamações sobre o aumento descabido de produtos e serviços. Um leitor teve que contratar alguém para consertar o telhado. Serviço que antes custava R$ 600 subiu para R$ 1,2 mil. Equivalem-se aos assaltantes. Pensando melhor, são assaltantes. Ô vida miserável...

Animais humanos

Pessoas supostamente em busca de animais para adoção procuram cães de raça nos abrigos - principalmente Pitbull - com intenções assaz duvidosas. Barrados pelos valentes veterinários, auxiliares e seguranças voluntários, os meliantes mudam a estratégia e agora oferecem-se como ajudantes nos abrigos; quando identificam a oportunidade, tentam roubar os animais.

O preparo da guerra

Se vis pacem para belum, se queres a paz, prepara a guerra. Este provérbio latino é o farol das prevenções, serve como uma luva para a reconstrução do Estado. Inclui o superdimensionamento das estruturas de prevenção das cheias.

Perdas & danos

Algumas lojas e operações gastronômicas estão cercando as portas porque o dono do imóvel pede um valor exorbitante. São os da escola "perco dinheiro mas não vou cobrar menos".

GILBERTO JASPER/DIVULGAÇÃO/JC

Cabos da guerra

Além da vegetação encalhada nas calçadas e árvores, cabos de energia ou de telefonia também resolveram nadar. Antes ficavam em cima, com a enchente ficaram em baixo. O flagrante foi na avenida Ijuí.

HISTORINHA DE SEXTA

Quando bate a saudade

Na minha imaginação, posto-me no meio do Largo Glênio Peres e olho para a fachada que sei de cor e salteado, desde meus verdes anos e o doce pássaro da juventude, o Mercado Público Central de Porto Alegre. Quando verei o portão central escancarado com suas barras de ferro como se estivessem me abraçando, e em cima dele o velho relógio parado gritando "bem-vindo, a casa é sua!" ? Quando voltarei ter dois dedos de prosa com meu amigo e leitor do restaurante Havana? Quando entrarei novamente na Padaria Copacabana, com seu Fernandes fazendo aquele gesto de "entre"? Quando comerei os pastéis, o sanduíche Farroupilha de presunto e queijo e o enorme mil-folhas?

Quando comprarei embalagens de isopor e pratos de papelão ou plásticos do Martini? Viro-me para o lado oposto e vejo uma das duas lojas do Café do Mercado, onde quase que diariamente tomo um cafezinho amigo ouvindo as últimas das atendentes.

Antes de entrar de vez, faço uma aposta na Mega Sena com atendentes que conheço, e elas me conhecem. Pouco adiante, na quebrada do mundaréu do Mercado, olho para o Restaurante Naval, que teve um passado glorioso e complicado quando era bar da pesada e o pau comia solto entre marinheiros inundados por cachaça e cerveja, para, depois, se regenerar e virar restaurante com o camarão que tanto gosto.

Alguns passos adiante vejo o garçom Zezinho, o Último Samurai de Hulha Negra abrindo os braços contando piadinhas, entre elas a salada de batata com bacalhau "o bacalhau é nacional mas a batata é inglesa...".

Dirijo-me ao centro democrático onde está enterrado um Bará que salvou o Mercado de dois incêndios e duas enchentes e o salvará novamente. Deparo-me com as bancas 18, a 43, a do Holandês com Sérgio Lourenço dividindo atenção com outras duas operações fora do Centro, onde compro frios e queijos, a Banca 40 dos sorvetes e salada de fruta, os açougues, a banca que vende produtos naturais, a fruteira, os vendedores de ervas e hortaliças.

Todas estas imagens estão em volta do meu coração e do meu olfato, porque o Mercado exala vários cheiros.

E quando o dia glorioso de reabertura acontecer, me postarei novamente no Largo e gritarei o grito travado no meu peito nestes dias inundados:

- Mercado meu querido, eu estava com saudade danada de você!

Ritual de passagem I

De cima a baixo, a Justiça Eleitoral não aceita a prorrogação das eleições municipais no Rio Grande do Sul. Entende-se a complexidade de tal ato, mas há fatores extra-campo que merecem ser mencionados. Quando um prefeito (ou governador ou presidente) é eleito, o cafezinho do antecessor esfria.

Ritual de passagem II

Quando assume, vai acionar o primeiro escalão, que vai acionar os detentores do segundo e, provavelmente, vai substituí-los. Então, se gasta um ano para botar o bloco na rua e só pega o timão para valer em meados do segundo ano - e botar o pé no fundo no terceiro. Tudo isso em cenário de recuperação da enchente. Até lá, será tentativa e erro.

Blindagem de tanque

Todos os super heróis e seus poderes mágicos dos filmes de Hollywood são fichinha em comparação com o super senador Renan Calheiros (MDB-AL). Foi a acusação de corrupção arquivada pelo STF. Senador, diga uma coisa: qual é o nome do seu advogado?

opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Reciclagem

A situação que já era ruim para os catadores, em Porto Alegre, ficou pior com as enchentes. A água que arrasou cidades inteiras encontrou no caminho grupos vulneráveis, caso dos profissionais que diariamente fazem a triagem dos resíduos recicláveis. Muitos foram atingidos nas suas casas e no local de trabalho (coluna Pensar a Cidade, **Jornal do Comércio**, 16/05/2024). A corda sempre arrebenta do lado do pobre. Porto Alegre inovou no Brasil ao implantar a coleta seletiva, que vem sendo desmantelada nos últimos anos. Os catadores, verdadeiros agentes ambientais, estão entregues à própria sorte. *(Paulo Renato Menezes)*

Jornal do Comércio | Porto Alegre Quinta-feira, 16 de maio de 2024 21

Pensar a cidade
Bruna Suptitz
contato@pensaracidade.com

Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.
jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade

Enchente atinge cooperativas de catadores e prejudica reciclagem

Galpões contratados pela prefeitura e locais de referência estão alagados em Porto Alegre

CAMINHOS DA RECICLAGEM

A situação que já era ruim ficou pior. A definição é repetida por catadoras e catadores e por representantes dos grupos de apoio em resposta ao questionamento de como as enchentes que assolam o Rio Grande do Sul os afetam. A água que arrasou cidades inteiras encontrou no caminho grupos que vulneráveis, caso dos profissionais que diariamente fazem a triagem dos resíduos recicláveis. Muitos foram atingidos nas suas casas, na comunidade,no local de trabalho.

Em Porto Alegre, ao menos sete das cooperativas contratadas pela prefeitura e outras três que recebem material da coleta seletiva mesmo sem ter o contrato assinado, foram completamente alagadas no início de maio e desde então estão com água dentro do galpão. O material que lá estava e que seria encaminhado para a reciclagem virou lixo e não poderá mais ser aproveitado.

São elas, conforme levantamento do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis e da coluna: Amac, Anitas, Anjos da Ecologia, Arevipa, Coadesc, Irmãos Cecchin, Mãos Unidas, Paraíba, Reciclando pela Vida e Sepé Tiaraju. A primeira da lista fica na Ilha Grande dos Marinheiros e a Mãos Unidas na Zona Norte, perto do terreno do antigo aterro. Todas as demais são da região do 4º Distrito.

Cooperativa Sepé Tiaraju debaixo d'água desde o início de maio

Cooperativas alagadas
1 Amac
2 Anitas
3 Anjos da Ecologia
4 Arevipa
5 Coadesc
6 Irmãos Cecchin
7 Mãos Unidas
8 Paraíba
9 Reciclando pela Vida
10 Sepé Tiaraju

A Sepé Tiaraju já havia sido atingida no início do ano pelo temporal e estava desde então sem telhado. Além das atingidas diretamente, todas as demais cooperativas que têm contrato ou recebem a coleta seletiva da prefeitura também foram impactadas de alguma maneira. Casos da Santíssima e da Ascat, também destelhadas em janeiro. Várias outras estão sem luz ou sem água, ou ambos. A Coopertinga trabalha sem energia desde o ano passado.

"Pior que muitos nem vão nem ter renda. A situação nivela todas, as alagadas ou atingidas indiretamente", explica Ana Paula Medeiros, uma das coordenadoras do Fórum de Catadores.

Por exemplo, com o sistema de emissão de nota fiscal do governo do Estado fora do ar, as cooperativas não têm como emitir nota, que é necessária para comprovar o encaminhamento do material à reciclagem e assim receber o pagamento das empresas que contratam das cooperativas o serviço de logística reversa.

Há ainda uma estimativa de que ao menos 1,5 mil catadores de rua de Porto Alegre e da Região Metropolitana também tiveram seu trabalho prejudicado, somado à perda do local de moradia ou passagem. Um levantamento detalhado está em andamento.

Demandas urgentes, referentes à estrutura de trabalho, já vinham sendo reivindicadas pelos grupos de catadores junto ao poder público. Agora se somam à necessidade de reconstrução dos galpões e, em muitos casos, das casas dos catadores, que vivem em comunidades próximas e também foram atingidos. Um dos pedidos ao poder público é que adiante o pagamento do auxílio emergencial à categoria e prorrogue o repasse até o fim do ano. Outros pedidos serão encaminhados nos próximos dias.

Todo o RS afetado

Além dos catadores de Porto Alegre, boa parte dos que trabalham em cooperativas de outras cidades gaúcha fecharão o mês com baixa ou nenhuma renda, projeta o catador e antropólogo Alex Cardoso. Isso porque a concentração dos compradores de resíduos está na Capital ou cidades da Região Metropolitana, e o bloqueio das rodovias prejudica a circulação dos materiais para outras cidades ou mesmo para fora do Estado.

Renda mínima

Em carta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis pede agenda para expor a situação dos catadores impactados pelas enchentes. Um dos pedidos é pelo pagamento de uma renda mínima, e, passada a emergência, converter a medida em pagamento por serviço ambiental aos catadores.

Série reciclagem

Esta série de reportagens é realizada com apoio da Bolsa de Produção Jornalística sobre Reciclagem Inclusiva 2023, concedida pela Fundação Gabo em parceria com a plataforma Latitud R. A matéria sobre a reciclagem do plástico, prevista para a edição de ontem, será abordada dentro da série em outra data. Os demais conteúdos estão disponíveis no blog Pensar a cidade.

14/02 - Cooperativas de catadores garantem reciclagem de resíduos
06/03 - Catadores só recebem pela venda do resíduo
20/03 - Os números da reciclagem em Porto Alegre
03/04 - O que é a "Coleta seletiva solidária"
17/04 - Demandas estruturais das cooperativas
30/04 - Situação dos carrinheiros e catadores de rua em Porto Alegre
Hoje - Levantamento das cooperativas alagadas
Próxima, dia 29/05 - Papel do poder público na recuperação dos galpões

Campanhas de apoio

A Associação Nacional de Catadores (Ancat) está mobilizando parceiros nacionais e internacionais na busca por recursos financeiros que auxiliem na retomada de quem foi atingido pela tragédia climática. A campanha "Ajude as catadoras e catadores do Rio Grande do Sul" conta também com a parceria do MNCR e da Unicatadores. O valor arrecadado será distribuído às cooperativas, e destas aos seus associados e a catadores individuais.
Em Porto Alegre, segue no ar a campanha "SOS Cooperativas", organizada pelo coletivo POA Inquieta, que busca ser um canal permanente de apoio. A doação pode ser de produtos, cestas básicas, telhas ou dinheiro. O ponto de referência para a entrega das doações é o Centro de Triagem da Vila Pinto (avenida Joaquim Porto Vilanova, 143, bairro Bom Jesus).

Cozinha solidária

Pronto para abrir um restaurante em Porto Alegre quando as cheias começaram, um empreendedor cancelou o evento e resolveu utilizar seu espaço e insumos para produzir marmitas e distribuí-las para a população afetada (caderno GeraçãoE, Jornal do Comércio, 16/05/2024). Que lindo! Quando abrir, certamente serei cliente pelo motivo desta bela ação. *(Suelen Assunção Santos)*

Cozinha solidária II

É um alívio ver iniciativas como essa. *(Denise Motta Pereira)*

Ciclovia

As fortes chuvas que assolam Porto Alegre fizeram mais uma parte do talude do arroio Dilúvio desmoronar e trechos da ciclovia da avenida Ipiranga ruírem (JC, 02/05/2024). Importante destacar que isso não é de agora. A da avenida Ipiranga com Cristiano Fischer está assim há tempos... Seria bom que a prefeitura revisasse toda a estrutura ao longo do Dilúvio de forma preventiva. *(Natacha Ledesma Gastal)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Homens fracos fazem tempos difíceis

Ricardo André Pierdoná

Provérbios fazem parte da cultura popular e estão sempre carregados de sabedoria. Séculos de histórias constroem o senso coletivo, e como cidadãos, sabemos que se faz necessária a eleição de pessoas para gerir a coisa pública, a coisa do povo, o futuro de uma região. Por conta disso, indivíduos enumeram suas capacidades e se candidatam para assumir essas responsabilidades, cuja principal prioridade é garantir o bom funcionamento do que sustenta o equilíbrio de uma nação, do bem-comum, do bem do povo.

Posto isso, fazemos nossa parte, lembrando que o setor privado gera empregos, paga impostos e procura sempre melhorar processos com vista ao desenvolvimento de serviços e produtos em um mundo com alta performance de competitividade. Empresas, de um modo geral, precisam de um ambiente adequado proveniente de uma gestão ativa, sólida e competente, ações concretas que pavimentam um caminho seguro e previsível para orientar a tomada de decisões.

Para isso que servem gestores públicos e neles depositamos nossa confiança, essa que foi afogada e totalmente destruída, assim como milhares de casas e empresas que seguem debaixo d'água. Agora não apenas o empresariado, mas a sociedade inteira pagará um alto preço pela negligência às prioridades, alguns pagando com a própria vida uma tragédia anunciada em um Estado que há décadas sofre com enchentes e inundações, ainda que não desta magnitude.

Gestores não fizeram o tema de casa. A confiança está morta, morreu afogada, e o otimismo descobriu que fundo do poço tem subsolo.

Diariamente, empresários nos consultam sobre como seguir em frente diante deste caótico cenário. O ambiente favorável para o desenvolvimento - trens, aeroporto, estradas e pontes - foi destruído. Não bastasse isso, os custos da retomada e, se for o caso, da reconstrução dos negócios, chegam a cifras estratosféricas e não podemos esquecer que, em determinadas regiões, empresários estão passando por isso pela segunda vez em menos de um ano.

Homens mal preparados produziram solo fértil para um desastre e desta vez nem animais de produção foram poupados. Antes de anunciar a candidatura para cargos de vital relevância, deve a pessoa se qualificar. E isso vale para todo e qualquer cargo público de grande importância pois, já vimos, quem sofre é o povo, o empresariado e até mesmo ele, o setor público, cuja gestão não passa despercebida pela comunidade.

> A confiança nos gestores públicos foi afogada, assim como milhares de casas e empresas no RS

Homens fracos tomaram posse de responsabilidades; homens fracos não previram o alcance de seu despreparo, e o resultado foi injusto para todos, ricos e pobres, grandes e pequenos, fortes e fracos.

Agora já vimos que os antigos tinham razão: homens fracos fazem tempos difíceis, mas também é sabido que tempos difíceis fazem homens fortes. É a esperança que nos resta para a próxima geração.

Contador

Inundações - uma visão geológica

Geraldo Mario Rohde

A busca da resiliência, após as águas baixarem, passa por essencial abordagem geológica. A área entre o Planalto e o escudo que recebeu o nome "Depressão Central" configura espécie de imensa planície de inundação geológica, um cabal compartimento endorreico.

> Imprudência, imprevisão e incúria administrativa estão no centro da tragédia climática

Decorrente da junção de imprudência, imprevisão e incúria administrativa de planejamento territorial e urbano, na qual a maioria das cidades foi construída total ou parcialmente, chegou-se à catástrofe de 2024 - a maior tragédia da história gaúcha.

Como contribuição ao programa Reconstruir RS, podem ser citadas as seguintes ações, que terão efeito nas causas e não apenas nas consequências: instalação do Programa Estadual de Desassoreamento (em rios, barragens, açudes, lagos e lagunas); mapeamento detalhado das áreas de risco de movimentos de massa; mapeamento, revisão e adequação de rodovias e estradas que configurem barragens ou diques locais-puntuais ao fluxo de águas; revisão dos critérios de dimensionamento para subleitos, sub-bases, bases e revestimentos de pavimentos em áreas críticas; revisão e recuperação de todas as cabeceiras de pontes do Estado; adoção de modelagem hidrológica para os rios nos quais existam áreas urbanas; considerar a potencial ocorrência de "Cisnes Negros" de eventos climáticos extremos antropogênicos; adoção do neopalafitismo construtivo, com o uso intensivo de pilotis e zoneamento de alturas mínimas de construções; criação e instalação de PPPIs - Plano de Prevenção e Proteção às Inundações, com procedimentos e equipamentos; adoção sistêmica de EPIs aquáticos como barcos, boias, flutuadores, sinalizadores, coletes salva-vidas etc; educação para as águas desde a primeira infância, com início na natação.

Esses procedimentos darão acesso do Rio Grande do Sul à resiliência climática ambiental, atenuando os impactos, protegendo patrimônios e preservando vidas humanas.

Geólogo, especialista em Urbanismo

Leia o artigo "Caso Varig remonta à falência de um sonho", de Rita Silva, em **www.jornaldocomercio.com**

economia

Editora: Fernanda Crancio
economia@jornaldocomercio.com.br

Sindienergia-RS sugere reavaliação do setor

Redes subterrâneas e residências eficientes são opções para melhorar condições de atendimento da demanda

/ ENERGIA

Jefferson Klein
jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Muitos segmentos da economia e da infraestrutura gaúcha terão que ser repensados após as enchentes que impactaram o Estado e o setor de energia é um deles. Para a presidente do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), Daniela Cardeal, será necessário reavaliar os modelos de construções implementados no passado e buscar soluções sustentáveis.

"A gente precisa de segurança energética, principalmente nas cidades. O nosso modelo de distribuição de energia é rápido, barato, mas não provém segurança de abastecimento", assinala a dirigente. A representante do Sindienergia-RS comenta que uma iniciativa que poderia incrementar a garantia de fornecimento seria a implantação de redes elétricas subterrâneas, o que poderia ser feito especialmente em áreas que são importantes para toda a comunidade.

Na questão de grandes linhas de transmissão, Daniela enfatiza que é preciso ter mais sistemas paralelos que suportem o atendimento de energia, caso alguma estrutura fique fora de operação em eventos como esse da catástrofe climática. Já no campo da geração, a dirigente frisa que os parques eólicos gaúchos provaram ser um instrumento de segurança energética para a região.

Esses complexos não tiveram maiores problemas com as chuvas e, pelo fato de estarem localizados dentro do Rio Grande do Sul, não ficaram tão suscetíveis à dificuldade de transmissão de energia como usinas mais afastadas do Estado. Daniela defende ainda a modernização de planos diretores municipais prevendo que casas que foram avariadas pela enchente e que terão que ser reconstruídas em lugares com menor risco já venham com sistemas de geração de energia (o que pode ser feito através de sistemas fotovoltaicos), equipamentos com eficiência energética e soluções para a captação da água da chuva.

A integrante do Sindienergia-RS aponta também que uma ação importante para o Rio Grande do Sul retomar seu crescimento econômico será demonstrar o potencial que a região apresenta para novos negócios e nesse cenário a área de energia será estratégica. Dentro dessa lógica, a produção local de hidrogênio verde (combustível fabricado a partir de fontes renováveis) deverá ser uma alavanca importante para atingir esse objetivo.

TÂNIA MEINERZ/JC

Parques eólicos provaram ser instrumento de segurança energética no RS

Eletrobras CGT Eletrosul reforça sistema de transmissão no Estado

A Eletrobras CGT Eletrosul, conforme nota da empresa, vem executando diversas medidas emergenciais para o restabelecimento de ativos de transmissão atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Neste momento, mais de 120 profissionais estão em campo atuando no Estado, incluindo técnicos da própria região e o apoio de colaboradores de outras regiões do país, como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

No domingo passado, a subestação Nova Santa foi reenergizada parcialmente, após mais de duas semanas totalmente alagada.

Uma das ações fundamentais para o suprimento ocorreu devido à conclusão do processo de reenergização da linha de transmissão 525 kV Itá - Gravataí, formada pela composição das linhas de transmissão 525 kV Itá - Nova Santa Rita C1 e 525 kV Nova Santa Rita - Gravataí. Por meio da subestação Gravataí, a medida traz maior confiabilidade no atendimento às demandas de carga do Rio Grande do Sul, em especial à Região Metropolitana de Porto Alegre, já que parte da infraestrutura do Sistema Interligado Nacional (SIN) no Estado ainda se encontra afetada pelo impacto das fortes chuvas.

Cerca de 70 profissionais da Eletrobras CGT Eletrobras seguem trabalhando nas instalações da subestação Nova Rita para a retomada completa da operação.

O empreendimento possui capacidade de transmissão de 2.688 MVA, o que corresponde a mais de 50% do consumo médio do Rio Grande do Sul.

DIVULGAÇÃO ANEEL/JC

Após alagamento, subestação Nova Santa Rita foi reenergizada parcialmente

Governo planeja limitar dividendos em concessões

O Ministério de Minas e Energia deve enviar nos próximos dias para avaliação da Casa Civil regras mais duras em contratos de concessão para distribuidoras de energia que operam no Brasil. Um dos principais alvos é a Enel, cujo contrato com o governo encerra-se em 2028.

Entre as 20 regras propostas pelo ministério, uma das mais sensíveis ao mercado é a limitação da distribuição de dividendos ao mínimo previsto na Lei das Sociedades Anônimas caso a empresa descumpra os índices de qualidade estabelecidos, que precisam ser mantidos em todos os bairros e áreas da concessão.

Se as novas regras forem aprovadas, essa medida deve ser adotada além da caducidade, que é a extinção do contrato em caso de descumprimento de obrigações contratuais.

As regras estudadas também preveem que distribuidoras devem comprovar anualmente saúde financeira para garantir a operação, através de um índice que leva em conta a relação entre lucro e dívida.

Em caso de interrupções no fornecimento de energia após eventos climáticos extremos, a ideia é estabelecer tempo máximo de retorno da operação obrigatória.

Hoje, as empresas não fornecem previsão de retorno do sistema em casos como esses. A ideia é que haja uma mensuração para o estabelecimento de indicadores de retorno da operação mesmo com acidentes de maior gravidade.

As novas regras chegam após sucessivos apagões em São Paulo depois de fortes chuvas, que causaram prejuízos para comércios e os moradores da capital no final de 2023 e no início deste ano.

Nos bastidores, a avaliação é de que, se a Enel não aceitar as novas regras, está praticamente anunciando que vai deixar suas operações no Brasil.

Outro ponto que está em discussão para endurecimento das regras de concessão é o uso do índice de satisfação dos consumidores antes de conceder incentivos econômicos.

O governo também quer obrigar a apresentação a cada cinco anos, com atualização anual, de plantão de investimentos para melhoria dos serviços.

A regra é proposta em meio a uma mudança no foco de investimentos da Enel na Itália após a última troca de presidente da companhia em maio do ano passado, quando chegou o executivo Flavio Cattaneo.

O novo CEO da Enel anunciou na época que a empresa focaria investimentos na operação onde fica a matriz da companhia, ou seja, na Itália, onde estão concentradas 50% de suas margens.

Ele afirmou, ainda, que a companhia procuraria estar presente apenas em países onde pudesse integrar sua operação, desde geração de energia até a distribuição, já que isso permite um risco menor para os investimentos da empresa.

Procurada, a Enel disse que reitera seu compromisso com o Brasil e reforçou que está fazendo os investimentos necessários para aumentar a qualidade dos serviços em todas as áreas em que atua.

Para o período de 2024 a 2026, a companhia diz que vai aportar cerca de R$ 18 bilhões no país, dos quais 80% serão destinados à distribuição de energia.

"Em suas três áreas de concessão (Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo), a companhia está implementando um robusto plano de investimentos, focado no fortalecimento e na modernização da rede, na automação do sistema e na ampliação da capacidade dos canais de comunicação com os clientes, além da mobilização antecipada de equipes em campo em caso de contingências", afirma a empresa. "O plano contempla também um aumento significativo do quadro de pessoal próprio, que já está em andamento", completa.

Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

A morte do presidente pode levar a mudanças no Irã?

Mortes de líderes políticos aumentam a chance de mudanças em regimes autocráticos

O Irã é um agente importante na geopolítica internacional por sua localização geográfica, por suas importantes ligações comerciais com China e Rússia e por ser grande financiador de grupos terroristas como Hamas e Hezbollah. O país tem cerca de 90 milhões de habitantes e, apesar do rico passado histórico e de suas reservas de petróleo, não vai bem economicamente.

Uma mudança política no Irã impactaria o Oriente Médio e o mundo.

No último domingo, a queda de um helicóptero matou o presidente iraniano, Ebrahim Raisi. No Irã, o presidente é considerado a segunda mais alta autoridade do país, após o líder supremo, Ali Khamenei. Raisi, além de ser o presidente, era apontado como possível sucessor de Khamenei.

A morte repentina de um líder pode fazer alguma diferença nos rumos de um país?

Por um lado, regimes políticos não são determinados por uma só pessoa. Um líder morre, mas os grupos que sustentam o sistema continuam com seus valores e interesses. Por outro lado, especialmente em autocracias, quando o poder está concentrado na mão de poucos, uma mudança na cabeça do regime poderia afetar os rumos do país.

O que dizem os dados?

Há vários casos de mortes de líderes que se tornaram pontos de virada históricos os assassinatos do arquiduque Franz Ferdinand em 1914 e do presidente de Ruanda Juvénal Habyarimana em 1994 são exemplos frequentemente citados. Isso, contudo, não nos permite inferir causalidade.

Mortes de líderes não são eventos aleatórios. Assassinatos acontecem quando as tensões políticas são grandes. Há mais chance de acidentes se o país tem dificuldade de fazer a manutenção do helicóptero. O problema é que, aí, não sabemos se as mudanças que observamos foram causadas pela morte do líder ou pelos fatores que levaram a essa morte.

Quando queremos testar uma vacina ou um remédio, sorteamos um grupo que recebe o tratamento e comparamos os resultados com os de um outro que não é tratado e fica como controle.

No caso da morte de líderes políticos, essa abordagem requereria sortearmos líderes que morrem e compararmos o que acontece nesses países com outros em que os líderes deram sorte no sorteio.

Ben Jones e Ben Olken estudaram o que mais pode se aproximar desse macabro experimento.

Os autores catalogaram, em um período de 130 anos, todas as tentativas de assassinatos de líderes políticos em que uma arma foi efetivamente disparada ou uma bomba estourou.

A ideia é que diversos fatores levam grupos a planejarem assassinar um líder político. Os planos levados a cabo geram um disparo ou um estouro. Mas a bala ou a bomba podem matar ou não. Aí entra a parte aleatória. Quem morreu vai para o grupo de tratamento. Quem teve a vida poupada pela sorte vai para o grupo de controle.

E aí, o que acontece?

Em democracias, assassinatos não parecem afetar instituições políticas. Outra pessoa toma posse, mas a análise estatística não detecta uma chance maior de mudança no regime.

Em autocracias, porém, mudanças no regime e transições para a democracia se tornam mais prováveis quando o líder político morre. Os efeitos parecem grandes. Além disso, tentativas de assassinato bem-sucedidas parecem acelerar o fim de guerras, mas há muita incerteza nessa estimação.

Esses são efeitos médios. Cada caso tem suas particularidades. Mas a análise de um conjunto grande de países mostra que mortes de líderes políticos de fato aumentam a chance de mudanças em regimes autocráticos. O futuro do Irã, do Oriente Médio e da geopolítica mundial se tornou um pouco mais incerto no último domingo.

Estados pedem criação de fundo de investimento na renegociação de dívidas

/ CONTAS PÚBLICAS

Os estados divulgaram carta aberta em defesa da inclusão de um fundo de investimentos na proposta em negociação com o Ministério da Fazenda para auxílio da União aos governos estaduais.

A carta foi divulgada nesta quinta-feira (23) pelo Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários Estaduais dos Estados).

A criação do fundo é uma forma de beneficiar estados que não têm dívida com a União e que cobram uma renegociação isonômica em relação aos superendividados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

O Rio Grande do Sul também está no grupo das maiores dívidas, mas, em função da tragédia provocada pelas enchentes, já recebeu tratamento diferenciado para a reconstrução do estado.

Os estados querem que esse fundo de equalização de investimentos tenha como fonte de financiamento ("funding") parte do benefício obtido a partir da redução das dívidas dos estados endividados com a substituição do indexador de correção.

A mudança do indexador é um dos itens em negociação com o Tesouro Nacional. Na prática, a proposta envolveria aporte de recursos do governo federal para os estados, o que não é citado explicitamente na carta.

A criação do Fundo de Equalização de Investimentos, como foi batizado pelos secretários de Fazenda, é uma demanda também dos estados com dívidas. Entre eles, São Paulo, que quer usar o alívio com a renegociação para ampliar espaço para novos investimentos, como já sinalizou o secretário de Fazenda do estado, Samuel Kinoshita, em entrevista à Folha de S.Paulo.

O governo de São Paulo tem uma dívida de R$ 279 bilhões com a União e paga R$ 19 bilhões por ano ao Tesouro Nacional de juros. Ao lado de outros estados do Sudeste e Sul, busca um alívio no custo das parcelas por meio de uma mudança na forma de correção da dívida.

Em reunião extraordinária do Comsefaz, realizada em São Paulo, os secretários de Fazenda aprovaram um conjunto de princípios para a construção da proposta. Em vez de falar em renegociação, eles citam que se trata de uma proposta de auxílio da União aos estados e ao Distrito Federal, que contemple medidas que atendam a cada um deles levando em conta as suas especificidades e características.

Pela proposta, o principal parâmetro da ajuda será o grau de endividamento dos estados. Para aqueles mais endividados, a revisão dos encargos terá o maior impacto, com o IPCA sendo definido como centro da meta de inflação estipulada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para o ano ou outro índice de preços que vier a substituí-lo. Para os estados com menor grau de endividamento, a proposta é a criação do Fundo de Equalização de Investimentos.

De acordo com o Comsefaz, além dessas medidas, é fundamental que, independentemente do grau de endividamento, sejam adotadas medidas que facilitem a liquidação de precatórios, com regulamentação idêntica àquela que atualmente tramita no Congresso com foco nos municípios.

A carta aberta cita a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 66, negociada pela CNM (Confederação Nacional de Municípios) no âmbito do acordo para a reoneração gradual da contribuição previdenciária paga pelas prefeituras. A PEC traz mudanças no pagamento de precatórios.

RICHARD FURTADO/DIVULGAÇÃO/CIDADES

RS teve tratamento diferenciado em função da tragédia climática

AGRO NEGÓCIO

Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro

Umidade prejudica colheita de grãos de verão

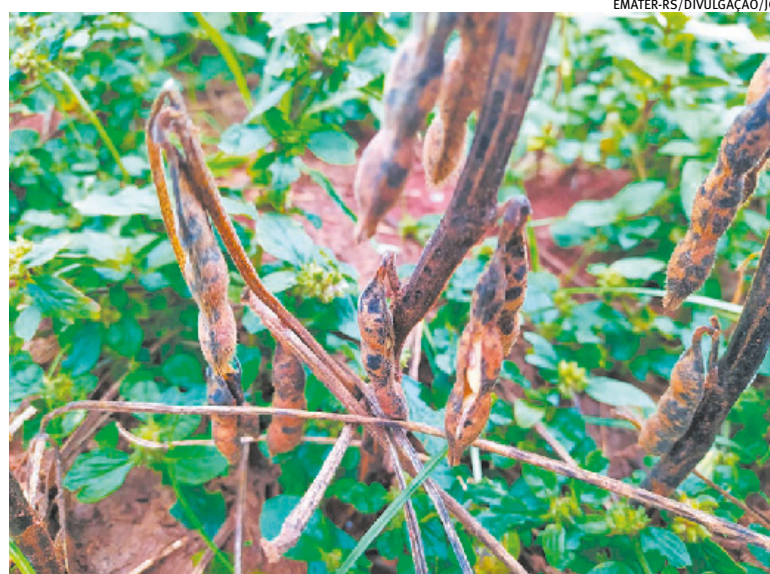
Entrega da soja nas unidades de secagem e armazenamento também foi impactada pelas chuvas intensas

Apesar do predomínio de dias nublados e de chuvas com menor frequência e intensidade, registradas em períodos anteriores, o excesso de umidade prejudicou a finalização da colheita da soja na metade Norte do Rio Grande do Sul. No entanto, mesmo nas regiões onde as precipitações foram menores, os solos permanecem saturados de umidade, prejudicando a atividade. De acordo com o Informativo Conjuntural divulgado nesta quinta-feira pela Emater/RS-Ascar, a área colhida no Estado alcançou 91%, estando 9% da área em maturação. Nas áreas em colheita, além das perdas por grãos germinados, mofados e pela debulha natural, que aumentam a cada dia de atraso, os custos têm sido elevados em razão da colheita em solo úmido, levando à utilização parcial dos graneleiros, em função do excesso de peso, para evitar danos na locomoção.

A entrega da soja nas unidades de secagem e armazenamento também foi impactada, especialmente nos primeiros dias de retomada da colheita, em razão da alta umidade dos grãos, muitas vezes próxima a 30%. Para a armazenagem adequada, é necessário reduzir a umidade para cerca de 14%, mas a capacidade dos secadores é limitada. As cooperativas com unidades de recebimento nas regiões Central e Campanha têm transportado os grãos para realizar a secagem nas sedes localizadas no Planalto Médio, em decorrência da alta demanda de tempo e lenha para a combustão nos locais de colheita.

As perdas nas lavouras colhidas, após o período chuvoso, são elevadas, mas observa-se que naquelas implantadas mais tardiamente, cujo ciclo se encerrou há poucos dias, o índice de grãos avariados ou germinados é menor. A estimativa de produtividade projetada inicialmente era de 3.329 kg/ha, porém deverá variar negativamente, dependendo dos resultados dos levantamentos que estão sendo realizados nas áreas a serem colhidas e perdidas.

A operação de colheita do milho avançou 4% em relação à semana anterior, atingindo 92% da área cultivada. As precipitações e umidades elevadas, em grande parte do Estado, atrasaram a operação nas últimas semanas. Contudo, as lavouras por colher (6% em maturação e 2% em enchimento de grãos) passam a apresentar senescência, fungos – com alto risco de desenvolvimento de micotoxinas – e germinação em espiga, o que gera certa urgência pela retirada da cultura do campo. A área de cultivo está estimada em 812.795 hectares, e a produtividade atual em 6.464 kg/ha, podendo haver redução, conforme resultado dos levantamentos de perdas, que estão em andamento.

A colheita de milho silagem prosseguiu de forma gradual. Nas regiões mais ao Sul do Estado, houve maior atividade, beneficiada pela diminuição das precipitações, que possibilitou a utilização das lavouras ainda em ponto de ensilagem. Apesar da alta umidade, devido à reduzida exposição ao sol, as plantas apresentaram algumas folhas cloróticas, o que compromete a qualidade do produto a ser armazenado. Observa-se um aumento na senescência das folhas, e estima-se que as atividades de ensilagem sejam concluídas em breve nas últimas áreas cultivadas. A colheita alcançou 98%. A produtividade projetada para a safra permanece em 35.518 kg/ha.

EMATER-RS/DIVULGAÇÃO/JC

Grãos de soja inundados e mofados são realidade em muitas lavouras

A colheita de arroz foi retomada e se aproxima do final, beneficiada pelo clima com poucas chuvas nas regiões Sul, Centro e Oeste do Estado. Estima-se que aproximadamente 95% das lavouras tenham sido colhidas. Contudo, as perdas provocadas pela submersão de cultivos maduros e pelo acamamento de plantas estão consolidadas, levando muitos produtores a abandonarem as áreas remanescentes, devido à inviabilidade técnica e econômica para realizar a operação. Em alguns municípios, os produtores estão concluindo a colheita e aproveitando o tempo mais seco para realizar as atividades de incorporação das restevas e adiantar o preparo dos talhões para a próxima safra.

Enchentes agravam situação dos produtores de leite

A reconstrução do setor leiteiro gaúcho após as enchentes que atingiram o Estado passa pela necessidade de medidas governamentais que ajudem o produtor, que já vinha de uma situação difícil, a se reerguer e permanecer na atividade. A Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando) enviou documento para as Secretarias da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), da Fazenda e do Desenvolvimento Rural com a solicitação de ações direcionadas ao setor. A entidade também repassou o texto aos presidentes de Sindicatos Rurais e para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), cujos representantes estão em Brasília (DF) em busca também de soluções para o setor.

De acordo com a Gadolando, os produtores de leite precisam de forma emergencial de recursos a juros muito baixos e com prazos estendidos. "É importante que se entenda que não basta dar comida hoje e amanhã aos animais, existe uma longa jornada pela frente para este setor que já vinha sofrendo", alerta o presidente da entidade, Marcos Tang. Segundo ele, nas regiões dos Vales e da Serra chegaram muitas doações de alimentos para as vacas vindas de produtores de diferentes estados, "mas vão acabar". "A produção própria levará meses e por isso serão necessários recursos para comprar o alimento que terá que vir de fora e encarecerá ainda mais devido ao frete", enfatiza o dirigente.

Marcos Tang também ressalta o custo elevado para a reconstrução das instalações destruídas pelas águas nas propriedades leiteiras. Informa que na parte dos equipamentos em geral, desde a ordenhadeira, tanques, bombas, trator, geradores e muitos outros utensílios fundamentais, alguns poderão ser consertados mas outros terão que ser comprados. O presidente da Gadolando também lembra da necessidade de ressemear os pastos. "A maioria já havia gasto altos valores com a semeadura das pastagens de inverno. Tudo foi lavado. As sementes de azevém, aveia, etc, estão em um preço de difícil acesso para os produtores de leite", pontua.

A recuperação do solo é outro fator abordado por Tang no documento. Coloca que as chuvas e correntes de água foram tão intensas que lavaram o solo fértil, portanto, a necessidade da recuperação. "E, novamente, são altos valores a serem investidos. Caso não se recupere o solo, as próximas safras já estarão comprometidas", desabafa, lembrando, ainda, a demanda de manter o plantel, a sanidade, o bem-estar, a reprodução e a criação de terneiras. Enfatiza também que muitos produtores perderam animais. "Tudo na propriedade leiteira é de médio a longo prazo. A terneira que nasce hoje, será a nossa vaca daqui a dois anos. Este ciclo está ameaçado em muitas propriedades", ressalta.

Outro ponto levantado pela Gadolando é o custeio agrícola. Conforme Tang, praticamente todos os produtores foram afetados, em diferentes graus de severidade, e precisam ter anistia, abatimento ou prorrogação. "Eles têm que começar a pagar este custeio e não possuem a mínima condição de efetuar estes pagamentos", destaca.

Deputado propõe auxílio emergencial a agricultores familiares

O deputado federal Heitor Schuch (PSB/RS), presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, protocolou projeto de lei (PL 2014/2024) instituindo um auxílio emergencial de R$ 8 mil para os agricultores familiares gaúchos atingidos pelas enchentes. De acordo com a proposta, o valor deverá ser pago em cinco parcelas de R$ 1,6 mil. O objetivo é assegurar subsistência a essas famílias e fomentar as atividades produtivas rurais. As informações são do gabinete do parlamentar.

No caso da mulher agricultora provedora da família, deverão ser pagas duas cotas do valor previsto. "Muitos agricultores familiares perderam tudo, toda sua produção, toda sua colheita, equipamentos, investimentos de gerações foram perdidos. É preciso garantir a possibilidade de recomeço para essas famílias", justifica Schuch.

Para o recebimento do auxilio o produtor deverá cumprir uma série de requisitos. O beneficiário deverá estar cadastrado junto à organização representativa da categoria profissional da agricultura familiar, ou entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural credenciada à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater); ser maior de 18 anos; não ter emprego formal ativo; não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Bolsa Família e o seguro desemprego recebido durante o período de defeso, de que trata a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 e ter renda familiar mensal per capita de até um salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até quatro salários-mínimos.

Conforme o projeto, as condições de renda familiar mensal per capita e total serão verificadas por meio da utilização da base de dados do CadÚnico, para os agricultores familiares inscritos, e, para os não inscritos, por meio de auto-declaração a ser coletada em plataforma a ser disponibilizada por entidade representativa.

economia

Observador

Affonso Ritter
aritter20@gmail.com

Parceria Airbnb e Pertence

O Instituto Social Pertence, que vem realizando um trabalho de mapeamento das pessoas com deficiência atingidas pelas enchentes em Porto Alegre, aliou-se à plataforma internacional Airbnb para ajudar famílias atípicas neste momento de angústia. Especializada em aluguéis de temporada, a empresa doou US$ 50 mil em vouchers para a acomodação dessas famílias mapeadas pela Instituição junto aos abrigos de emergência. A intenção é oferecer espaços adequados para atender as necessidades dessa parcela específica da população. Cada família selecionada pelo Instituto poderá ficar até um mês no espaço alugado (casa ou apartamento), até que consiga se reorganizar para retomar a vida na própria residência.

Nova taQi na Serra Gaúcha

Nesta sexta-feira, a taQi inaugura uma loja em Carlos Barbosa, na Rua Ivo Tramontina, 102. Prevista para abrir no início do mês, a rede decidiu pelo adiamento devido à situação de calamidade pública. “Entendemos que agora é o momento porque precisamos estar ao lado da comunidade ajudando neste recomeço”, pontua Carlito Kirschner, vice-presidente do Grupo Herval. A loja oferece produtos de construção, ferramentas, acabamentos, além de sofás e colchões da marca Herval.

Solidariedade na robótica

Em parceria com as equipes de robótica educacional do RS e de todo o Brasil, a stemOS, empresa hamburguense pioneira neste setor, está realizando diversas ações de solidariedade para auxiliar as famílias atingidas pelas enchentes. Até o momento, já foram repassadas cerca de 4 toneladas de donativos para 50 instituições da região. Atualmente, a stemOS planeja uma forma de contribuir na construção de móveis para os afetados. Para ajudar: PIX robotica.1156@gmail.com.

Enchente é pauta na Pucrs

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Pucrs promove nesta segunda-feira o Seminário sobre os Efeitos Econômicos da Maior Enchente do Rio Grande do Sul. O evento é aberto ao público e acontece às 16h. Nele participarão todas as instituições com graduação, pós-graduação em Economia e áreas próximas, como Desenvolvimento Rural, Regional e Relações Internacionais que tradicionalmente participam do Encontro de Economia Gaúcha na Pucrs.

O premiado azeite Sabiá

O Azeite Sabiá, produzido em Santo Antônio do Pinhal, na Mantiqueira paulista, e Encruzilhada do Sul (RS), está entre os finalistas em todas as categorias de azeite extravirgem no Evo Iooc: Melhor Monovarietal - Coratina, Melhor Blend - Blend de Terroir, Melhor do Brasil, Melhor do Hemisfério Sul e Melhor da América do Sul (prêmio especial Raul C. Castellani). Os vencedores serão anunciados no dia 15 de junho.

Adiada a Festa das Cucas

A 24ª edição da Festa das Cucas tem uma nova data: 21, 22 e 23 de junho. Mas, não foi só o período que mudou. Um dos eventos mais tradicionais do interior do Rio Grande do Sul, realizado no Parque da Oktoberfest, em parceria pelo Grupo RBS e Município de Santa Cruz do Sul, também vai precisar se adequar ao difícil momento vivido pela comunidade gaúcha.

Prêmio para azeites de Gramado

O Azeite Terroir Serrano - Blend de Campo Multivarietal, e a Infusão Aromática de azeite com Nibs de Cacau e Baunilha, ambos da safra 2023 do Olivas de Gramado, receberam medalha de bronze na competição Athenas IOOC 2024, realizada em Esparta, na Grécia. A competição, classificada entre os três concursos internacionais de azeite mais importantes do mundo, aconteceu no final de abril e contou com a participação de mais de 2 mil marcas inscritas, de 18 países.

Caxias pede para internacionalizar aeroporto

Documento foi enviado pela prefeitura à ANAC nesta quinta-feira

/ AVIAÇÃO

Roberto Hunoff, de Caxias do Sul
economia@jornaldocomercio.com.br

MAURÍCIO D'AVILA/DIVULGAÇÃO/JC

Mudança passou a ser defendida com a interrupção do Salgado Filho

O secretário de Trânsito, Transportes e Mobilidade de Caxias do Sul, Alfonso Willenbring Júnior, confirmou, nesta quinta-feira, o envio de proposta oficial da Administração Municipal à Agência Nacional de Aviação Civil para a internacionalização do Aeroporto Hugo Canterggiani.

A mudança de categoria passou a ser defendida, de forma mais consistente, em função da interrupção das operações do Aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, que segue alagado pelas águas das fortes chuvas que assolam o Estado desde o final de abril.

Willenbring Júnior assinalou que o procedimento é novo para a secretaria, que é responsável pela administração do aeroporto. “Certamente, haverá trâmites e ritos para serem cumpridos. Mas desconhecemos como isto se dará, em que prazo, pois é algo que jamais foi feito na pasta”, alega. Reconhece, no entanto, que aeroportos internacionais necessitam oferecer serviços adicionais, como da Receita Federal, Polícia Federal e Agência Nacional de Vigilância Sanitária, entre outros.

Sobre investimentos que, possivelmente, terão de ser feitos para adaptar o aeroporto ao novo patamar, o secretário alega que o processo ainda é incipiente para se ter uma visão mais clara sobre o que terá de ser feito. Adianta, porém, que estão em andamento ações para modernizar o aeroporto, mas sem relação alguma com a internacionalização.

As melhorias contemplam ampliação das áreas de embarque e desembarque e instalação de equipamentos para aprimorar o pouso e a decolagem em caso de condições climáticas menos favoráveis. O número de voos em Caxias do Sul praticamente dobrou neste mês para suprir o fechamento do Salgado Filho.

O secretário entende que não deve haver alteração na estrutura física do aeroporto, tampouco na pista. “Não vai mudar a capacidade operacional para receber grandes aeronaves do exterior. O que vai mudar, efetivamente, é a origem e o destino do voo, que pode ser feito com pequenas aeronaves, por exemplo”, reforçou.

As obras de melhorias do aeroporto foram tratadas, nesta semana, durante reunião com o trade turístico da região e lideranças políticas, visando aumentar a capacidade de recebimento de voos e garantir a mobilidade dos turistas que vêm visitar o Rio Grande do Sul e para quem vai viajar para outros destinos.

Os deputados federais Marcel Van Hattem e Maurício Marcon já destinaram uma emenda no valor de R$ 1,3 milhão para a compra de dois equipamentos PAPI (Precision Approach Path Indicator/ Indicador de caminho de aproximação de precisão), que ampliarão a capacidade de operação do aeroporto, mitigando em até 70% o cancelamento de voos devido à neblina.

A reunião contou ainda com a participação de Felipe Peccin, diretor do Grupo Casa Hotéis, Adriane Brocker Boeira Guimarães, CEO do Grupo Brocker, e do prefeito Adiló Didomenico.

Suspensão de operações do Salgado Filho tem nova data

Foi emitido, na noite de quarta-feira, um comunicado aos aeronavegantes, chamado de Notam, com nova data de abertura do Aeroporto de Porto Alegre. Conforme o aviso, o reinício das operações seria no dia 7 de agosto, a partir das 23h59min. Anteriormente, o prazo de fechamento era 30 de maio. A Anac ressalta, no entanto, que se chegar em 7 de agosto e não tiver condições de voltar, poderá ser publicado um novo Notam.

Até então, apesar do Notam indicar a interdição do Salgado Filho apenas até maio, rumores sinalizavam que a reabertura seria apenas em setembro. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) suspendeu a venda de passagens no aeroporto no dia 14 de maio, após a enchente histórica que devastou o Rio Grande do Sul. O local ficou inundado e foi fechado no dia 3. Desde então, os voos passaram a ser realocados para outros aeroportos do Estado ou para Florianópolis. Nesta semana, iniciaram as vendas para saídas de Canoas.

A Anac aplicou, por meio da Portaria nº 14.654, de 20 de maio de 2024, medida cautelar que proíbe operações de pouso e decolagem de aeronaves de asa fixa (aviões) no Aeroporto Salgado Filho. A medida, de caráter provisório é válida por tempo indeterminado e será mantida até que a concessionária Fraport Brasil comprove o restabelecimento das condições para as operações aéreas no local.

Em nota, a Fraport, que administra o aeroporto Salgado Filho, airma que o novo Notam não foi solicitado pela concessionária. “Assim que possível, trabalharemos na avaliação de danos causados pela enchente, bem como com desenvolver um plano de recuperação do sítio aeroportuário”.

economia

JTI amplia em 43,7% investimentos na produção

Plano da multinacional de tabaco com planta em Santa Cruz do Sul já previa aportes de R$ 115 milhões neste ano

/ INDÚSTRIA

Eduardo Torres
eduardo.torres@jcrs.com.br

Garantir a boa qualidade das folhas de tabaco para atender ao mercado externo é a prioridade da indústria fumageira Japan Tobacco International (JTI), a partir de Santa Cruz do Sul. Por isso, a empresa mantém o plano de ampliação em pelo menos 43,7% nos seus investimentos e o dos seus produtores associados neste ano no Estado. Um plano que, a partir dos estragos provocados pelas cheias, será reforçado por um projeto de recuperação a parte destes produtores. As informações constam no Anuário de Investimentos do RS 2024.

O planejamento da multinacional instalada há 15 anos no Vale do Rio Pardo já previa investimentos de R$ 115 milhões até o final do ano, especialmente em melhorias aos 11,5 mil produtores associados. A empresa não revela quanto está previsto investir no plano de recuperação para em torno de 2% dos produtores, que tiveram estragos na inundação. Em 2023, entre as áreas agrícola e industrial - que inclui a fabricação de cigarros em Santa Cruz do Sul -, haviam sido investidos R$ 80 milhões, mesmo valor desembolsado no ano anterior.

"A importância do Rio Grande do Sul é estratégica para a empresa. Com 95% da produção destinada ao Exterior, somos responsáveis por 24% da demanda da JTI no mundo. Então, garantir o alto padrão que o mercado internacional reconhece no tabaco brasileiro é fundamental", explica o líder da operação de tabaco em folha da JTI no Brasil, Roberto Macedo.

A estimativa é de que sejam desembolsados R$ 25 milhões para que os produtores tenham acesso especialmente a estufas para as suas propriedades. Em geral, em áreas de produção familiar, como é a característica do fumo. Para que se tenha uma ideia, este volume de investimento é mais de dez vezes superior aos R$ 2,2 milhões investidos na safra de 2022.

"Lideramos uma série de iniciativas nos últimos anos nas áreas de pesquisa de solo, de plantas e em formas de incentivar o produtor a manter a cultura, e o resultado é que eles voltaram a investir, preparando-se para novas fases no cultivo e na industrialização do tabaco", comenta Macedo.

As melhorias em estufas, por exemplo, garantem redução de até 50% no consumo de lenha nas propriedades. E mesmo no uso deste material, a JTI tem incentivado seus produtores ao reflorestamento de áreas com o eucalipto que, depois, é matéria-prima para o processo de secagem do fumo de maneira mais racional.

"Em um cenário de mudanças climáticas, com El Niño e La Niña, podemos dizer que não existem mais safras normais, então, o investimento no produtor está no centro do nosso planejamento. O nosso esforço tem sido no reforço a medidas de sustentabilidade para que se garanta cada vez maior produtividade nas áreas plantadas. O uso de estufas é uma dessas medidas, mas a nossa assistência técnica próxima ao produtor tem garantido, por exemplo, uma redução no uso de fertilizantes de 20% entre 2019 e 2024. Garantir a resistência do solo é fundamental, porque o Brasil só tem este protagonismo na produção de tabaco pela condição que tem de gerar um produto de alta qualidade com respeito à natureza", explica o diretor. Roberto Macedo garante que toda a produção da JTI é certificada de ponta a ponta nos seus processos produtivos. A empresa já é considerada quase neutra em emissões de gases do efeito estufa, por exemplo, entre as suas operações industriais e de logística no Estado. Resta chegar aos mesmos índices no início da cadeia, junto ao produtor.

JTI/DIVULGAÇÃO/JC

Empresa reforçou importância estratégica do Rio Grande do Sul

Valores em alta são atrativos, mas contrabando permanece sendo um gargalo

Mesmo com a ausência de incentivos públicos à produção rural do fumo, e com as limitações do mercado nacional, reforçadas pela manutenção da proibição dos equipamentos eletrônicos pela Anvisa, os preços internacionais são um atrativo a mais ao setor. O tabaco contrariou a redução nas exportações gaúchas no primeiro trimestre do ano. Mesmo com redução no volume exportado, aumentou o valor deste produto. Nos três primeiros meses do ano, o setor do tabaco gaúcho faturou US$ 611,6 milhões com as vendas para o Exterior, 3,3% a mais do que no mesmo período de 2023.

Do ponto de vista industrial, Macedo diz que os investimentos também não param. Mesmo que somente 5% do fumo colhido aqui resulte em cigarros na fábrica da JTI, a empresa está atenta ao mercado consumidor nacional, já que, segundo o Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), 41% dos cigarros consumidos no Brasil hoje têm origem no contrabando.

"Dentro dos valores investidos neste ano, há aportes em melhorias de processos na produção de cigarros e também investimento nas unidades de recebimento e de logística em Santa Cruz do Sul", afirma Roberto Macedo.

Metade do fumo processado pela JTI em Santa Cruz do Sul vem do Paraná e Santa Catarina, por isso, a empresa também tem destinado recursos à melhoria de estruturas de recebimento, especialmente em Santa Catarina, onde inaugura neste ano uma nova unidade de compra, em Mafra.

A empresa não revela a quantidade de fumo colhido e processado atualmente, mas finalizou, no último ano, um ciclo de investimentos para elevar em 15% a sua capacidade de processamento no Vale do Rio Pardo.

Ficha Técnica

- **Investimento:** R$ 115 milhões
- **Estágio:** Em execução
- **Empresa:** JTI
- **Cidade:** Santa Cruz do Sul
- **Área:** Indústria
- **Investimentos em 2023:** R$ 80 milhões

economia

É cedo para estimar impacto econômico do RS, afirma BC

Autarquia está atenta aos efeitos das enchentes na economia nacional

GIULIAN SERAFIM/PMPA/DIVULGAÇÃO JC

Será necessário avaliar impactos temporários e permanentes das inundações no Rio Grande do Sul

/ CONJUNTURA

O diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, disse nesta quinta-feira, que a autarquia está atenta aos efeitos da tragédia climática no Rio Grande do Sul sobre a inflação e a atividade econômica do País. Porém, avaliou ser cedo para estimar com precisão o impacto.

Durante palestra em seminário promovido pelo Centro Europeu de Economia e Finanças, Guillen observou que é necessário ponderar quanto do impacto das enchentes será temporário e quanto será permanente.

Guillen disse ainda que a visão da autarquia sobre o potencial de crescimento da economia brasileira não incorporou diretamente os efeitos das reformas.

Apesar disso, ele demonstrou concordar com a ideia de que as reformas estruturais dos últimos oito anos, como a trabalhista e a da Previdência, contribuíram para melhorar o PIB potencial.

Durante a palestra, Guillen disse também que o BC vai atualizar a estimativa sobre o juro neutro, mas não com alta frequência.

Desinflação no Brasil continua, mas há incerteza sobre a velocidade

O diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, disse que a autoridade monetária passou a descrever neste ano a existência de alguma pressão do mercado de trabalho aquecido nos salários. Ainda que o processo de desinflação no Brasil continue, ele ponderou que há incertezas sobre qual é a sua velocidade.

Diante do debate entre economistas sobre a capacidade de expansão do emprego, em razão das surpresas, Guillen considerou que o Brasil tem um mercado de trabalho saudável, com ritmo forte de contratações.

Ele, emendou, porém, que o aumento dos salários parece menos relacionado à produtividade, o que pode significar pressão sobre os preços. O diretor de Política Econômica do Banco Central reforçou a mensagem de que o cenário internacional mais adverso, que levanta dúvidas sobre a velocidade da desinflação global, demanda maior cautela na condução da política monetária em mercados emergentes.

Ele disse que as incertezas no exterior estão relacionadas, sobretudo, aos próximos passos do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, assim como ao ritmo de queda dos juros em muitas economias avançadas diante do mercado de trabalho aquecido.

"As economias emergentes precisam de maior cautela quando conduzem suas políticas monetárias", comentou o diretor do BC. "Temos enfatizado uma dúvida sobre qual será a velocidade da desinflação global", reforçou.

As declarações de Guillen foram dadas durante palestra em seminário promovido pelo Centro Europeu de Economia e Finanças.

O diretor do BC disse ainda que o cenário prospectivo para a inflação está mais desafiador. Também informou que a autarquia está tentando entender os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a inflação.

Durante a palestra, Guillen ressaltou que há muita incerteza na perspectiva para a inflação, que, após surpreender para cima nos primeiros meses do ano, mostrou uma composição melhor nas últimas medições.

"O cenário prospectivo para a inflação está mais desafiador", declarou o diretor do BC, observando que a inflação de serviços - rodando acima de 6% nos setores intensivos em trabalho - tem desacelerado em ritmo menor. Por outro lado, comparou, os bens industriais têm mostrado comportamento bastante benigno.

Conforme Guillen, a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) foi transparente ao falar da relevância das expectativas de inflação para o BC, assim como sobre o compromisso unânime dos diretores em ancorar as expectativas do mercado.

Embora não exista, desde junho do ano passado, incerteza sobre a meta de inflação, mantida em 3% apesar das pressões, Guillen chamou a atenção ao fato de que nas últimas semanas houve um aumento nas expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025 e 2026.

Tragédia não afetará negativamente PIB, diz Tebet

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que a tragédia no Rio Grande do Sul não afetará negativamente o crescimento do Brasil em 2024, embora uma queda possa ser sentida no próximo trimestre.

Simone Tebet ponderou que o socorro ao Estado pode ter impactos na relação entre dívida e PIB do País, mas reforçou que não haverá efeitos para o arcabouço fiscal e a meta de primário, já que as medidas de crédito extraordinário estão excetuadas deste resultado.

O governo divulgou na quarta-feira o boletim bimestral com a revisão das receitas e despesas, com piora na projeção do déficit para o ano - passou de R$ 9,3 bilhões para R$ 14,5 bilhões, sem considerar os R$ 13 bilhões do pacote de ajuda ao Rio Grande do Sul.

Apesar do resultado negativo, ele ainda está no intervalo da banda da meta. Tebet reiterou que a meta do governo para 2024 é de resultado neutro. "Nossa meta é zero, estamos focados nesse objetivo", disse. Em relação ao socorro ao Rio Grande do Sul, Tebet avaliou que o pacote de medidas com estímulos para recuperar a economia gaúcha vai repercutir positivamente para a reconstrução do Estado e o crescimento do País.

Ela também falou que as medidas para socorrer a indústria do Estado, que são capitaneadas pelo Ministério da Fazenda, devem ser anunciadas o "mais tardar" até a sexta-feira, 31 de maio.

Comitê da Petrobras dá aval a indicação de Magda Chambriard

O Comitê de Pessoas do Conselho de Administração da Petrobras aprovou nesta quinta-feira a indicação de Magda Chambriard para a presidência da estatal, em substituição a Jean Paul Prates. O comitê entendeu que ela cumpre os requisitos para assumir os cargos de conselheira de administração e de presidente.

"O Comitê de Elegibilidade considerou que a indicação de Magda Chambriard preenche os requisitos necessários previstos nas regras de governança da companhia e legislação aplicável e está apta para ser apreciada pelo Conselho de Administração, sendo, portanto, elegível para os dois cargos", diz nota da empresa. A reunião do conselho está marcada para esta sexta-feira. A nota diz ainda que "como já informado ao mercado, uma vez nomeada, Magda Chambriard servirá no Conselho até a primeira Assembleia Geral que vier a ocorrer, não sendo necessária a convocação de Assembleia de Acionistas com esta finalidade". Magda é engenheira química e civil e iniciou sua carreira na Petrobras em 1980. Foi cedida à Agência Nacional de Petróleo (ANP) em 2002.

economia

Presidente Lula cogita veto e acordo sobre taxação de compras até US$ 50

Tema dividiu alas do governo e prevaleceu entendimento de que taxa tem custo político alto

/ TRIBUTOS

PREIS_KING/PIXABAY/JC

Imposto foi um sugestão do ministro Haddad, mas contou com resistência até da primeira-dama Janja

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta quinta-feira que a tendência é vetar a retomada do imposto de importação em compras internacionais de até US$ 50, mas sinalizou querer negociar com o Congresso. Na quarta-feira, o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), afirmou aos vice-líderes do governo na Casa que o presidente é contra a retomada da taxação. O dispositivo foi inserido em um projeto do governo de incentivo a carros sustentáveis, o Mover (Programa Mobilidade Verde e Inovação).

"A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar", disse o presidente. Lula disse ainda que não tem encontro marcado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para negociar o tema, mas que pode recebê-lo nesta quinta, após o encontro com o chefe de Estado africano.

O tema dividiu alas do governo e prevaleceu o entendimento de que a taxação tem um custo político muito alto. O imposto foi sugerido pela equipe econômica de Fernando Haddad (Fazenda) e contou com a resistência, entre outros atores, da primeira-dama, Janja. O presidente, ao falar sobre o assunto, disse que há "bugigangas" entre esses itens importados. "Nem sei se essas bugigangas competem com coisas brasileiras", afirmou. Segundo ele, a maioria das pessoas que compra esses produtos é de mulheres e jovens.

A resistência do varejo é justamente o que pressiona o Congresso a ser favorável à volta da taxação. Lira embarcou nessa tese. "Nós temos dois tipos de gente que não paga imposto. Você tem as pessoas que viajam, que têm isenção de US$ 500 no free shop, que têm mais isenção de US$ 1.000, que não pagam. Gente de classe média, que tem uns 24 milhões de pessoas, que podem viajar mais uma vez por mês para o exterior. E como é que você vai prever as pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo, sabe", disse.

"Quando eu falei para o Geraldo Alckmin, a sua mulher compra, a minha mulher compra. Todo mundo compra. Então o que nós precisamos é tentar ver um jeito de não tentar ajudar uns prejudicando os outros, mas tentar fazer uma coisa uniforme. Por isso estamos dispostos a conversar e encontrar uma saída", completou.

/ TRIBUTOS Fonte: www.informanet.com.br

IMPOSTOS FEDERAIS E ESTADUAIS

Data	Tributo	Descrição
24.05	Combustíveis monofásica	Recolhimento pela refinaria de petróleo ou suas bases CPQ ou formulador de combustíveis, do imposto decorrente de operações com combustíveis submetidos ao regime de tributação monofásica, relativamente às saídas promovidas no período de 11 a 20, até o dia 25 do mesmo mês.
24.05	IRPF Alienação	Recolhimento do imposto de renda pela pessoa física que auferiu ganhos de capital na alienação de bens e direitos no mês anterior.
27.05	GIA Conab PGPM	Entrega da GIA ICMS pela Conab PGPM até o dia 25 do mês subsequente.
28.05	Substituição Tributária	Entrega da Declaração de Substituição Tributária diferencial de alíquota e antecipação Destda pelo contribuinte optante pelo Simples Nacional, até o dia 28 do mês subsequente ao encerramento do período de apuração; ou, quando for o caso, até o primeiro dia útil imediatamente seguinte.
31.05	GIA ECT	Entrega da GIA ICMS pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) até o último dia do mês subsequente.
31.05	ICMS Transmissão E.	Recolhimento do ICMS em relação às operações de conexão e uso do sistema de transmissão de energia elétrica, sendo o pagamento até o último dia do segundo mês subsequente.
31.05	ICMS Lubrificantes	Recolhimento do imposto decorrente de operações interestaduais do período de 11 a 20 do mês, de combustíveis e lubrificantes derivados ou não de petróleo e outros produtos, até o último dia do mês.

O jornal de economia e negócios do RS

Fundado por J.C. Jarros - 1933

Filiado

www.jornaldocomercio.com

Departamento de Circulação
circulacao@jornaldocomercio.com.br

Atendimento ao Assinante
Telefone (51) 3213.1300
De 2ª a 6ª das 8h às 18h
atendimento@jornaldocomercio.com.br

Vendas de Assinaturas
Telefone (51) 3213.1326
vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

Exemplar avulso: R$ 6,00

Whatsapp:

Assinaturas

Plano		Valor
Mensal	R$	90,80
Trimestral à vista	R$	225,00
1+2	R$	82,42
Total Parcelado	R$	247,25
Semestral à vista	R$	450,00
1+6	R$	82,42
Total Parcelado	R$	494,50
Anual à vista	R$	816,00
1+11	R$	82,42
Total Parcelado	R$	989,00

Formas de Pagamento:
Cartões de Crédito (VISA, MASTER, ELO, AMERICAN e DINERS)
Débito em Conta: BB, Bradesco, Banrisul, CEF, Santander, Sicredi e Itaú e Pix
Boleto Bancário.

Consulte nossos planos promocionais em:
www.jornaldocomercio.com/assine

Departamento Comercial

Atendimento às agências e anunciantes
Telefone (51) 3213.1333
agencias@jornaldocomercio.com.br

Operações comerciais
Tel: (51) 3213.1355
anuncios@jornaldocomercio.co m.br

Publicidade legal
Tel: (51) 3213.1331 / 3213.1338
comercial@jornaldocomercio.com.br

Redação

Telefones e e-mails
(51) 3213.1362

Editoria de Economia
(51) 3213.1369
economia@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Geral
(51) 3213.1372
geral@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Política
(51) 3213.1374
politica@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Cultura
(51) 3213.1376
cultura@jornaldocomercio.com.br

Administrativo e Financeiro
Telefone (51) 3213.1381
financeiro@jornaldocomercio.com.br
rh@jornaldocomercio.com.br
suprimentos@jornaldocomercio.com.br

Henderson Comunicação
Brasília - DF
QI 23. LOTE 09 BLOCO A 604 GUARÁ II
71060-636
Telefone (61) 3322.4634 e (61) 3322.8989
marciaglobal@terra.com.br

economia

Ibovespa emenda 5ª perda, em baixa de 0,73%

Na contramão do exterior, dólar fecha em ligeira queda em dia de ajustes e encerra sessão cotado a R$ 5,1540

/ MERCADO FINANCEIRO

O Ibovespa retrocedeu no fechamento desta quinta-feira à casa dos 124 mil pontos, operando agora em torno dos menores níveis do ano, em dia no qual os resultados da Nvidia colocaram o índice Nasdaq, em Nova York, em nova máxima histórica durante a sessão. Mas o índice de tecnologia acabou por se alinhar, do meio para o fim da tarde, ao Dow Jones e S&P 500, todos em baixa no fechamento, em renovação de mínimas na etapa final que levaram o Ibovespa também aos pisos do dia.

Se por um lado, desde Nova York, houve celebração dos números triunfais da Nvidia, por outro a sessão foi pautada ainda pela progressão dos rendimentos dos Treasuries, em linha com forte leitura preliminar sobre o índice de atividade (PMI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos em maio, divulgada nesta quinta-feira - e que reforça o cenário de juros altos por mais tempo na maior economia do globo.

"Cenário externo permanece desafiador, o que se reflete na curva de juros dos Estados Unidos. Os juros devem permanecer altos por tempo superior ao que se pensava, mantendo a renda fixa como opção atraente para o investidor", resume Charo Alves, especialista da Valor Investimentos, mencionando também o ajuste de expectativas com relação à Selic, que havia iniciado o ano com projeções de cortes mais acelerados - estimativas que foram reconsideradas em direção ao meio do ano. "Agora, a expectativa é de que possa terminar 2024 entre 10% e 10,5%", bem perto ou mesmo no nível em que a taxa básica do Brasil já se encontra, acrescenta Alves.

Assim, no fim do dia, o índice da B3 mostrava nesta quinta-feira baixa de 0,73%, aos 124.729,40 pontos, a quinta menor marca do ano para fechamentos. Foi também o menor nível de encerramento desde 25 de abril, e o quinto revés consecutivo para o índice da B3, em correção mais aguda nas últimas duas sessões - na quarta, havia cedido 1,38%, no que foi sua maior perda desde 10 de abril, dia em que havia iniciado uma sequência de seis quedas. Após ter subido na quarta-feira a R$ 25,9 bilhões, o giro financeiro recuou nesta quinta para R$ 22,0 bilhões.

Na semana, o Ibovespa acumula até aqui perda de 2,67%, desde a quarta-feira no negativo também no mês, em que cede agora 0,95%, o que eleva a retração de 2024 a 7,05%.

Na ponta do Ibovespa, destaque para Suzano (+3,68%), à frente nesta quinta-feira de CVC (+2,50%), Lojas Renner (+2,21%) e IRB (+1,71%). No lado oposto, MRV (-4,79%), Carrefour (-4,50%), Magazine Luiza (-3,40%) e Hapvida (-3,18%). Entre as ações com maior peso no índice da B3, Vale ON cedeu 0,60% e Petrobras caiu 0,85% (ON) e 1,00% (PN). Entre os maiores bancos, as perdas chegaram a 2,04% (Banco do Brasil ON) no fechamento da sessão, em que Santander conseguiu oscilar para o positivo (Unit +0,11%).

Após trocas de sinal ao longo do dia, o dólar à vista encerrou a sessão desta quinta-feira em queda de 0,05%, cotado a R$ 5,1540. Mais uma vez, as oscilações foram bem contidas, com variação de pouco menos de quatro centavos entre a mínima (R$ 5,1263), pela manhã, e a máxima (R$ 5,1603), à tarde. Na semana, o dólar acumula valorização de 1,02%.

Fechamento

Volume R$ 22,082 bilhões

/ MERCADO DIA

MAIORES ALTAS

Ação/Classe	Preço R$	Oscilação
SUZANO S.A. ON NM	50,10	+3,68%
LOJAS RENNERON NM	13,40	+2,21%
CVC BRASIL ON NM	2,05	+2,50%
IRBBRASIL REON NM	33,97	+1,71%
MINERVA ON NM	6,41	+1,10%

(*) cotações p/ lote mil | (#) ações do Ibovespa
($) ref. em dólar | (&) ref. em IGP-M
(NM) Cias Novo Mercado | (N2) Cias Nível 2
(N1) Cias Nível 1 | (MB) Cias Soma

MAIORES BAIXAS

Ação/Classe	Preço R$	Oscilação
MRV ON NM	6,96	-4,79%
CARREFOUR BRON NM	10,39	-4,50%
HAPVIDA ON NM	4,26	-3,18%
MAGAZ LUIZA ON NM	1,42	-3,40%
CSNMINERACAOON ED N2	5,290	-2,40%

(*) cotações por lote de mil | (#) ações do Ibovespa
($) ref. em dólar | (&) ref. em IGP-M
(NM) Cias Novo Mercado | (N2) Cias Nível 2
(N1) Cias Nível 1 | (MB) Cias Soma

MAIS NEGOCIADAS

Ação/Classe	Preço R$	Oscilação
PETROBRAS PN N2	36,81	-1,00%
SUZANO S.A. ON NM	50,10	+3,68%
VALE ON NM	65,05	-0,60%
BRASIL ON NM	26,94	-2,04%
BRADESCO PN N1	12,88	-1,68%

(N1) Nível 1 | (NM) Novo Mercado
(N2) Nível 2 | (S) Referenciadas em US$

BLUE CHIPS

Ação/Classe	Movimento
Itau Unibanco PN	-1,20%
Petrobras PN	-1,00%
Bradesco PN	-1,83%
Ambev ON	+0,08%
Petrobras ON	-1,03%
BRF SA ON	-0,05%
Vale ON	-0,67%
Itausa PN	-0,99%

MUNDO/BOLSAS

	Nova York		Londres	Frankfurt	Milão	Sidney	Coreia do Sul
Índices	Dow Jones	Nasdaq	FTSE-100	Xetra-Dax	FTSE(Mib)	S&P/ASX	Kospi
em %	-1,53	-0,39	-0,37	+0,060	+0,02	-0,46	-0,061
	Paris	Madri	Tóquio	Hong Kong	Argentina	China	
Índices	CAC-40	Ibex	Nikkei	Hang Seng	BYMA/Merval	Xangai	Shenzhen
em %	+0,13	-0,16	+1,26	-1,70	-0,30	-1,33	-1,56

economia
índices e mercados

/ INFLAÇÃO

ÍNDICES DE PREÇOS (%)

	Acumulado Mês				Acumulado	
	Fev	Mar	Abr	Mai	Ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,07	-0,52	-0,47	0,31	-0,60	-3,04
IPA-M (FGV)	-0,09	-0,90	-0,77	0,29	-1,46	-5,41
IPC-BR-M (FGV)	0,61	0,55	0,29	0,32	1,73	3,00
INCC-M (FGV)	0,23	0,20	0,24	0,41	1,09	3,48
IGP-DI (FGV)	-0,27	-0,41	-0,30	0,72	-0,26	-2,32
IPA-DI (FGV)	-0,59	-0,76	-0,50	0,84	-1,02	-4,51
IPA-Ind. (FGV)	-0,27	-0,66	-1,26	-0,13	-2,11	-3,97
IPA-Agro (FGV)	-1,48	-1,02	0,62	1,47	0,36	-9,11
IGP-10 (FGV)	-0,65	-0,17	-0,33	1,08	0,34	-1,27
INPC (IBGE)	0,81	0,19	0,37	-	1,95	3,23
IPCA (IBGE)	0,83	0,16	0,38	-	1,80	3,69
IPC (IEPE)	0,55	0,56	0,41	-	1,52	3,08
IPCA-E (IBGE)	0,29	-	-	-	Trimestral: 0,78	

FONTE: FGV, IBGE E IEPE — ÍNDICES EDITADOS EM 16/05/2024

INDEXADORES

	Fevereiro 2024	Março 2024	Abril 2024
Valor de alçada (R$)	12.807,50	12.880,00	12.932,50
URC R$/anual	50,788	50,788	-
UPF-RS (R$)/anual	25,9097	25,9097	-
FGTS (3%)	0,003343	0,002545	0,001024
UIF-RS	34,13	34,27	34,55
UFM (Unidade financeira de Porto Alegre/anual/R$)			5,5089

FONTE: FORUM CENTRAL DE PORTO ALEGRE, SEC. DA FAZENDA DO RS, CEF, TRT E SEDAI

IPCA ANUAL

Ano	Índice (%)
2025*	3,74
2024*	3,80
2023	4,46
2022	5,62
2021	10,06

*Previsão Focus — FONTE: IBGE

/ COTAÇÕES

DÓLAR FUTURO 22/05/2024

Meses	Contr. aberto	Contr. negoc.	Máximo	Médio	Último	Volume total
Jun/2024	839.240	317.235	5.166,000	5.152,703	5.154,000	81.730.894.250
Jul/2024	34.830	4.405	5.172,000	5.167,997	5.165,000	1.138.251.500
Ago/2024	80	-	-	-	-	-
Set/2024	120	-	-	-	-	-

Bolsa de Mercadorias & Futuros - Taxa do Dólar Comercial (contrato =US$ 50.000,00; cotação = R$ 1.000,00)

FONTE: B3

JUROS FUTURO 22/05/2024

Meses	Contr. aberto	Contr. negoc.	Máximo	Médio	Último	Volume total
Jun/2024	1.228.431	109.104	10,41	10,40	10,40	10.880.442.985
Jul/2024	3.792.254	187.004	10,39	10,39	10,39	18.503.454.957
Ago/2024	438.071	14.451	10,37	10,36	10,37	1.417.105.706
Set/2024	147.138	25.144	10,37	10,36	10,37	2.444.543.614

Bolsa de Mercadorias & Futuros - DI de 1 Dia Futuro (contrato = R$ 100.000,00; cotação = PU)

FONTE: B3

PETRÓLEO

Tipo	Em US$
Brent/Londres/Jul	81,11
WTI/Nova Iorque/Jul	76,87

FONTE: AGÊNCIA ESTADO

/ MOEDAS

DÓLAR

Dia	Comercial Compra	Comercial Venda	Variação
23/05	5,1535	5,1540	-0,05%
22/05	5,1559	5,1564	+0,77%
21/05	5,1163	5,1168	+0,24%
20/05	5,1042	5,1047	+0,05%
17/05	5,1015	5,1020	-0,55%

FONTE: AGÊNCIA ESTADO

CÂMBIO TURISMO/BRASIL

	Compra	Venda
Dólar (EUA)	5,2800	5,3670
Dólar Australiano	3,0000	3,6200
Dólar Canadense	3,3000	4,0000
Euro	5,7300	5,8080
Franco Suíço	4,8000	6,0000
Libra Esterlina	5,9000	6,9500
Peso Argentino	0,0020	0,0100
Peso Uruguaio	0,0900	0,1700
Yene Japonês	0,0265	0,0384
Yuan Chinês	0,3500	0,8500

FONTE: AGÊNCIA ESTADO E PRONTUR

CÂMBIO BC

23/05/2024 - Valor de venda

	Em R$	Em US$
Real	1,00	5,1443
Dólar (EUA)	5,1443	1
Euro	5,5702	1,0828
Yene (Japão)	0,03276	157,07
Libra Esterlina (UK)	6,543	1,2719
Peso Argentino	0,00578	890,5

CRIPTOMOEDA

23/05 (19h05min)	Valor
Bitcoin	R$ 351.059,84

OURO

Dia	B3 grama	Nova York onça-troy (31,1035g)
23/05	343,000	2.328,70
22/05	343,000	2.392,90
21/05	343,000	2.425,90

FONTE: AGÊNCIA ESTADO

/ CONJUNTURA

BALANÇA (US$ bi)

	Exportação	Importação	Saldo
Abr	28.232	19.605	8.626
Mar	21.920	16.372	5.548
Fev	19.264	14.693	4.571
Jan	23.937	17.504	6.433
Dez	22.069	15.592	6.477

FONTE: BANCO CENTRAL

PIB

Ano	Índice (%)
2025*	2,00
2024*	2,05
2023	2,92
2022	3,03
2021	4,60

*Previsão Focus — FONTE: IBGE

RESERVAS

Liquidez Internacional

Data	US$ bilhões
22/05	355.992
21/05	356.330
20/05	356.017
17/05	356.191
16/05	356.448
15/05	356.419

FONTE: BANCO CENTRAL

/ MERCADO IMOBILIÁRIO

CUB - RS - ABRIL NBR 12.721 - Versão 2006

Projetos	Padrão de acabamento	Projetos padrões	R$/m²	Variação (%) Mensal	No ano	12 meses
Residenciais						
R - 1 (Residência Unifamiliar)	Baixo	R 1-B	2.199,83	-0,33	0,25	1,97
	Normal	R 1-N	2.840,45	-0,33	0,11	2,29
	Alto	R 1-A	3.807,74	-0,28	0,25	1,90
PP (Prédio Popular)	Baixo	PP 4-B	2.070,50	-0,36	-0,29	1,24
	Normal	PP 4-N	2.779,32	-0,25	0,02	1,90
R - 8 (Residência Multifamiliar)	Baixo	R 8-B	1.969,21	-0,34	-0,31	0,98
	Normal	R 8-N	2.417,72	-0,28	-0,08	1,75
	Alto	R 8-A	3.068,35	-0,26	0,17	1,48
R - 16 (Residência Multifamiliar)	Normal	R 16-N	2.365,08	-0,28	-0,18	1,61
	Alto	R 16-A	3.133,75	-0,12	0,02	1,86
PIS (Projeto de Interesse Social)		PIS	1.578,61	-0,51	-1,01	0,84
RPQ1 (Residência Popular)		RP1Q	2.249,97	-0,75	-0,66	2,13
Comerciais						
CAL- 8 (Comercial Andar Livres)	Normal	CAL 8-N	3.103,34	0,03	0,11	1,72
	Alto	CAL 8-A	3.524,79	0,17	0,23	1,77
CSL- 8 (Comercial Salas e Lojas)	Normal	CSL 8-N	2.413,73	-0,13	0,02	1,73
	Alto	CSL 8-A	2.775,60	-0,07	0,02	1,77
CSL- 16 (Comercial Salas e Lojas)	Normal	CSL 16-N	3.244,16	-0,16	-0,09	1,68
	Alto	CSL 16-A	3.729,71	-0,11	-0,08	1,70
GI (Galpão Industrial)		GI	1.227,61	-0,40	-0,29	1,05

FONTE: SINDUSCON/RS

ALUGUEL

Indicador (%)	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
IPC (IEPE)	3,52	3,59	3,36	3,48	3,08
INPC (IBGE)	3,85	3,71	3,82	3,86	3,40
IPC (FIPE/USP)	3,31	3,15	2,98	3,00	2,87
IGP-DI (FGV)	-3,62	-3,30	-3,61	-4,04	-4,00
IGP-M (FGV)	-3,46	-3,18	-3,32	-3,76	-4,26
IPCA (IBGE)	4,68	4,62	4,51	4,50	3,93
Média do INPC e do IGP-DI	0,12	0,21	0,11	-0,09	-0,30

Válido para correção de imóveis com período anual. O cálculo do reajuste é feito pelo índice do mês anterior. Os índices desta tabela mostram o acumulado de 12 meses.

FONTE: SECOVI/RS

/ SUA VIDA

SALÁRIO-MÍNIMO

Nacional:
R$ 1.412,00
Rio Grande do Sul
R$ 1.573,89
R$ 1.610,13
R$ 1.646,65
R$ 1.711,69
R$ 1.994,56

Cada faixa atende categorias específicas.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Quem recebe salário até R$ 1.819,26

Benefício de R$ 62,04

IMPOSTO DE RENDA

Base cálculo (R$)	Alíquota (%)	Dedução (R$)
Até 2.259,90	---	---
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	164,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções: R$ 189,59 por dependente mensal; R$ 1.903,98 por aposentadoria após os 65 anos; pensão alimentícia.

FONTE: RECEITA FEDERAL

CESTA BÁSICA

	DIEESE (R$)	IEPE/UFRGS (R$)
04/2024	775,63	-
03/2024	777,43	1.288,11
02/2024	796,81	1.285,95

DIEESE: 13 produtos para famílias com até quatro pessoas e um salário mínimo. IEPE/UFRGS: 54 produtos com 1.182 famílias da Região Metropolitana que recebem até 21 salários mínimos.

CONTRIBUIÇÕES AO INSS

Salário contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até um salário mínimo (R$ 1.412)	7,5
De R$ 1.412,01 a R$ 2.666,68	9
De R$ 2.666,69 a R$ 4.000,03	12
De R$ 4.000,04 a R$ 7.786,02	14

Tabela de contribuição dos segurados empregados, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1 de Janeiro de 2023.

FONTE: PREVIDÊNCIA SOCIAL

/ AGRONEGÓCIO

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

Rio Grande do Sul - Semana de 20/05/2024 a 24/05/2024

Produto	Unidade	Mínimo (R$)	Médio (R$)	Máximo (R$)
Arroz	saco 50 kg	101,00	111,46	125,00
Boi para abate	kg vivo	7,85	8,28	9,50
Cordeiro para abate	kg vivo	7,00	7,71	8,40
Feijão	saco 60 kg	137,00	270,34	510,00
Leite (valor liq. recebido)	litro	2,07	2,31	2,63
Milho	saco 60 kg	46,00	57,39	76,00
Soja	saco 60 kg	118,00	121,48	127,00
Suíno tipo carne	kg vivo	4,55	5,12	5,40
Trigo	saco 60 kg	63,00	64,87	67,00
Vaca para abate	kg vivo	6,75	7,23	8,00

FONTE: EMATER/RS-ASCAR

/ CADERNETA DE POUPANÇA

ANTIGA (depósitos até 3/5/2012)

Dia	20/05	21/05	22/05	23/05	24/05
Rendimento %	0,5102	0,5365	0,5629	0,5608	0,5630

Mês	Maio	Junho
Rendimento %	0,5000	0,5000

*Contas com aniversário no dia 1 — FONTE: BANCO CENTRAL

NOVA (depósitos a partir de 4/5/2012)

Dia	20/05	21/05	22/05	23/05	24/05
Rendimento %	0,5102	0,5365	0,5629	0,5608	0,5630

FONTE: BANCO CENTRAL

/ INDEXADORES FINANCEIROS

TJLP

Taxa de Juros de Longo Prazo

Mês	%
Mai/2024	6,67
Abr/2024	6,67
Mar/2024	6,53

TLP-PRÉ*

Taxa de Longo Prazo

Mês	%
Mai/2024	5,70
Abr/2024	5,48
Mar/2024	5,41

* Sem IPCA

SELIC

Mês	Juros para pagamento em atraso
Abr/2024	0,89%
Mar/2024	0,83%
Fev/2024	0,80%

Meta: **10,50%** — Taxa efetiva: **10,40%**

Para débitos federais, entre eles o I.R, além dos juros, há multa de 0,33% ao dia, limitada a 20% sobre o valor nominal.

TR

Taxa Referencial

Período	Dias úteis	(%)
22/05 a 22/06	22	0,2068
21/05 a 21/06	21	0,1791
20/05 a 20/06	20	0,1515
19/05 a 19/06	20	0,1420
18/05 a 18/06	21	0,1800

FONTE: INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS

TBF

Taxa Básica Financeira

Validade	Índice (%)
22/05 a 22/06	1,0485
21/05 a 21/06	1,0006
20/05 a 20/06	0,9527
19/05 a 19/06	0,9532
18/05 a 18/06	1,0015

FONTE: INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS

CUSTO DO DINHEIRO

Tipo	%
Hot-money (mês)	0,63
Capital de giro (anual)	6,76
Over (anual)	10,40
CDI (anual)	10,40
CDB (30 dias)	10,39

FONTE: AGÊNCIA ESTADO

/ CRÉDITO DOS BANCOS

CHEQUE ESPECIAL

Taxa média

Banco	% (ao mês)
Bradesco	8,20
Banco do Brasil	7,91
Banrisul	8,04
Safra	7,83
Santander	8,25
Caixa Econômica Federal	5,65
Agibank	8,27
Itaú Unibanco	8,21

Período: 03/05/2024 a 09/05/2024 — FONTE: BANCO CENTRAL

economia

Brasil chega à marca de 60 milhões de CNPJs

Rio Grande do Sul aparece em 4º no ranking de abertura de negócios

/ EMPREENDEDORISMO

Caren Mello, especial para o JC
caren.mello@jcrs.com.br

O Brasil alcançou o marco de 60 milhões de CNPJs (Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica) abertos na história do País. Do total, 36,35% estão ativos, sendo que a maioria são matrizes (94,50%), e as Micro Empresas (ME), principalmente individuais (MEIs), representam 77,9% do mercado. A grande maioria dos negócios está localizada em São Paulo, com uma fatia de 30,9%. O Rio Grande do Sul aparece em quarto lugar, com 6,5 %, atrás de Minas Gerais (10,4%) e Rio de Janeiro (8,4%).

Os dados foram apresentados pela BigDataCorp, líder em análise de dados na América Latina. O levantamento indica que o montante investido pelas empresas no Brasil ultrapassou os R$ 184 trilhões. De acordo com a empresa, esses registros indicam um mercado dinâmico onde novas empresas nascem e outras se despedem, mantendo o ecossistema empresarial em constante renovação. A maioria das empresas ativas são matrizes, com 94,50%, e apenas 5,50% são filiais. Os dados são de abril de 2024.

As Micro Empresas (ME) representam 77,9% do mercado, e a maioria delas são empresas individuais (MEIs), que somam 75,62%. Tirando os MEIs, a maioria das empresas tem dois sócios. Isso destaca a importância dos pequenos empreendedores para a economia nacional. O capital social declarado pelas empresas ativas soma um total de R$ 21 trilhões. Esse número representa o investimento dos empreendedores na economia do País, na forma do dinheiro investido para começar os negócios. Se olharmos para todos os 60 milhões de CNPJs, incluindo as empresas que já encerraram as suas atividades, esse número sobe para quase R 185 trilhões.

SCA/DIVULGAÇÃO/JC

Grangero, da SCA, aponta dificuldade de encerramento de empresas

O coordenador da área de Reestruturação Empresarial da Scalzilli Althaus Advocacia (SCA), Eduardo Grangeiro, avalia que, embora a pesquisa demonstre que um terço das inscrições estão ativas, muitas delas podem estar informalmente inativas. Isso acontece em função do estimulo de abertura de empresas e da dificuldade em fechá-las. "Há um movimento legislativo, desde 2018 para desburocratizar a abertura de CNPJs como incentivo ao empreendedorismo, e de proteção do patrimônio particular do empreendedor e de delimitação do capital. Na outra ponta, existe um custo muito alto para o encerramento", observa o advogado, para quem o empresário tem receio de encerrar pela repercussão que terá na vida pessoal.

Com atuação há mais de 10 anos na área de crise e recuperação de empresas, Grangero observa que os números, sem dúvida, apontam para a pujança do mercado nacional, o que deve ser enaltecido. Mas há aspectos que não podem ser desconsiderados, como, por exemplo, a complexidade legislativa contra o empreendedorismo.

Diversidade de atividades

O levantamento realizado pela BigDataCorp indica que o setor empresarial brasileiro é caracterizado por uma grande diversidade de atividades. Abaixo a lista das 10 principais atividades registradas das empresas brasileiras:

- **Comércio varejista de artigos do vestuário:** 7,73%
- **Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal:** 4,66%
- **Promoção de vendas:** 4,22%
- **Comércio varejista de bebidas:** 3,99%
- **Cabeleireiros, manicure e pedicure:** 3,96%
- **Instalação e manutenção elétrica:** 3,95%
- **Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares:** 3,88%
- **Obras de alvenaria:** 3,59%
- **Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente:** 3,53%
- **Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente:** 3,50%

Mais de 30 milhões de contribuintes já enviaram declaração do IR

/ FISCO

A oito dias do fim do prazo, o número de declarações do Imposto de Renda Pessoa Física entregues ao Fisco superou a marca de 30 milhões, mas 13 milhões de brasileiros ainda precisam acertar as contas com o Leão. Até as 16h45 desta quinta-feira, a Receita Federal recebeu 30.304.862 declarações. Isso equivale a 70,5% das 43 milhões de declarações esperadas para este ano.

O prazo de entrega da declaração começou às 8h de 15 de março e vai até as 23h59min59s de 31 de maio.

O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e pelas instituições financeiras.

Segundo a Receita Federal, 66,7% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 18,4% terão que pagar Imposto de Renda e 14,9% não têm imposto a pagar nem a receber. A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (81,4%), mas 10,7% dos contribuintes recorrem ao preenchimento on-line, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 7,8% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Um total de 40,1% dos contribuintes que entregaram o documento à Receita Federal usou a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 57,2% dos envios.

Quem declarou mais cedo e entrou nas listas de prioridades está perto de receber o primeiro lote de restituição. No próximo dia 31, o Fisco pagará R$ 9,5 bilhões a 5.562.065 contribuintes. A consulta pode ser feita desde as 10h desta quinta-feira.

Segundo a Receita Federal, a expectativa é que sejam recebidas 43 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde do ano passado, quando o Fisco recebeu 41.151.515 documentos.

69% dos brasileiros acreditam que os juros altos elevam custo de vida

/ PESQUISA

Para 69% dos entrevistados, os juros altos contribuem muito para o aumento do custo de vida no Brasil, indica a pesquisa Cost of Living Monitor (Monitor do Custo de Vida, em tradução livre), produzida pela Ipsos. O levantamento, realizado em 32 países, entrevistou cerca de mil brasileiros entre os dias 22 de março e 5 de abril. Apesar de alta, esse porcentual segue em queda: em novembro de 2022, chegou a atingir 83% - mês em que o país era o segundo mais preocupado com o tema entre todas as nações pesquisadas.

No entanto, os entrevistados seguem se mostrando preocupados com o encarecimento de produtos e serviços. Para 53%, os preços vão continuar subindo.

Os números mostram que a maioria dos brasileiros não se sente bem financeiramente. Apenas 6% dos entrevistados afirmaram estar confortáveis com seus rendimentos. O porcentual só não perde para a Argentina, que ficou em último no ranking da satisfação financeira, com 3% de aprovação.

Apesar da crise com o custo de vida, 32% veem que, ao menos, a situação é melhor do que em comparação com países vizinhos. Os mais pessimistas nesse sentido são Hungria (74%), Argentina (69%) e Peru (63%).

Apesar dessa conjuntura, 22% dos entrevistados brasileiros afirmaram esperar uma melhora no padrão de vida dentro de seis meses.

O brasileiro também está preocupado com o desemprego. Entre os pesquisados, 47% acredita que vai aumentar o número de pessoas desempregadas. Esse porcentual é 8% a mais que em novembro de 2022, quando a última medição foi feita.

O levantamento ainda mostra 54% entre os que acreditam que os impostos vão subir no País em seis meses.

Ao todo, a pesquisa Ipsos ouviu 24.801 pessoas e calcula 3,5 pontos porcentuais para margem de erro das respostas colhidas no Brasil.

politíca

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Câmara aprova projeto que isenta IPI de atingidos

Proposta considera áreas alagadas mencionadas em decretos

/ CLIMA

EVANDRO OLIVEIRA/JC

Moradores afetados pelas águas perderam móveis e eletrodomésticos

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira um projeto de lei que isenta o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de eletrodomésticos da linha branca e móveis para moradores de áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos.

A aprovação ocorre na esteira das iniciativas do Legislativo em decorrência da tragédia climática no Rio Grande do Sul.

A proposta considera áreas atingidas mencionadas em decretos de estado de emergência ou calamidade pública do poder local reconhecidas pelo Executivo federal.

De autoria da deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT) e da paranaense Gleisi Hoffmann (PT), a proposta foi modificada pelo relator, o também gaúcho Lucas Redecker (PSDB).

Originalmente, ela era voltada somente a três eletrodomésticos (geladeira, fogão de cozinha e máquina de lavar), mas o parlamentar aumentou a lista.

Terão isenção de IPI fogões, refrigeradores, máquinas de lavar roupa, tanquinhos, cadeiras, sofás, mesas e armários.

O texto diz que a isenção se aplica aos móveis e eletrodomésticos fabricados em território nacional para pessoas físicas residentes nos municípios com estado de calamidade pública ou situação de emergência.

O relator incluiu ainda um dispositivo que determina que a isenção também será estendida aos microempreendedores individuais (MEIs) atingidos e com domicílio fiscal nesses municípios.

Para obter o benefício, é preciso comprovar que residem na localidade afetada e que a sua casa foi "diretamente atingida".

O texto determina ainda que a isenção poderá ser usada somente uma vez por um membro de cada uma das famílias atingidas para cada um dos produtos listados. A proposta também prevê que os termos serão disciplinados pela Secretaria Especial da Receita Federal.

A matéria foi aprovada de forma simbólica, quando não há contabilização de votos. Agora, ela será analisada pelos senadores.

Empresas são dispensadas de reembolso imediato de show

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira um projeto de lei que prevê regras para evitar que as empresas tenham de fornecer reembolso imediato de shows, espetáculos e outros eventos cancelados por catástrofes ambientais como a das enchentes no Rio Grande do Sul.

A votação do projeto de lei foi simbólica e o texto segue agora para o Senado Federal.

De autoria do deputado federal gaúcho Marcel Van Hattem (Novo), a proposta foi relatada pela também deputada federal gaúcha Reginete Bispo (PT).

O texto determina que, para não dar reembolso imediato dos valores pagos, as empresas responsáveis por eventos cancelados ou adiados terão de oferecer remarcação ou disponibilizar crédito para uso ou abatimento na compra de outros serviços.

O reembolso dos valores pagos, quando não houver possibilidade de remarcar o evento ou dar crédito, ocorrerá somente quando demonstrada capacidade financeira das companhias e por solicitação do consumidor.

"As medidas propostas são semelhantes às adotadas durante a pandemia da Covid-19", justificou o autor do texto, Van Hattem.

"Em circunstâncias tão excepcionais, exigir o reembolso imediato dos valores pagos pelo consumidor não seria razoável, pois poderia agravar a situação econômica de muitas cidades no Estado que dependem do turismo e eventos culturais", argumentou o deputado federal gaúcho.

Essas regras, de acordo com o texto aprovado, valerão para eventos realizados de 27 de abril deste ano até 12 meses após o encerramento da vigência do decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional que reconheceu o estado de calamidade pública nos municípios gaúchos por causa das enchentes.

O projeto define que os créditos para abatimento ou compra de outros serviços poderão ser usados até 31 de dezembro de 2025.

Já o reembolso, quando for o caso, ocorrerá em até 30 dias após a solicitação do consumidor.

O texto também afirma que os artistas e palestrantes contratados que forem impactados por cancelamentos de shows, rodeios e espetáculos, em casos de desastres naturais, não precisarão devolver os cachês de forma imediata desde que os eventos sejam remarcados.

Repórter Brasília

Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Lagoa dos Patos-Oceano Atlântico

CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

O deputado federal gaúcho Ubiratan Sanderson (PL, foto) defende a construção de um canal de ligação Lagoa dos Patos-Oceano Atlântico, no Rio Grande do Sul. O parlamentar apresentou projeto de lei (indicação parlamentar 355/24) argumentando a necessidade de diminuir os riscos de enchentes ocasionadas pelo aumento acelerado dos níveis dos rios no Estado.

Estudo de viabilidade técnica

Ubiratan Sanderson disse ao **Repórter Brasília** que também encaminhou expediente à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, solicitando respectivo estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, para a execução da obra, que servirá para abrir uma ligação entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico.

Canal do Panamá e de Suez

O parlamentar disse que já teve a oportunidade de conhecer o Canal do Panamá e o Canal de Suez, "que são obras complexas, grandes, mas que dá para fazer". Ele aponta que "o Canal do Panamá tem 82 quilômetros, e o Canal de Suez, 193; já o Canal da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, seria de oito quilômetros. Só não fazem porque não querem, tem alguns preconceitos ideológicos que precisam ser retirados".

Farol da Solidão

"O projeto para criar um canal entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, no Farol da Solidão, foi apresentado", comemora Sanderson. Ele acrescentou que "a Lagoa dos Patos tem 300 quilômetros, ela deságua em Rio Grande, tem 600 metros de boca de saída, e eu quero abrir um canal aqui (mostrando o mapa da lagoa), com calha de concreto, se for o caso, com eclusas e com comportas para fazer a saída na parte norte do lago. A Lagoa dos Patos teria comunicação com o mar. Hoje ela é uma laguna".

Programa de dragagem

Para o deputado, "é uma alternativa que vai ajudar muito. Além disso, o desassoreamento, um programa permanente de dragagem, lá de cima da Serra até o Rio Guaíba, com a iniciativa privada fazendo a dragagem e vendendo o produto dessa dragagem, não tem problema. Ali tem cascalho bom, areia boa, e o Brasil inteiro precisa de cascalho e areia para fazer obras e não tem de onde tirar, porque a burocracia dentro do Ministério do Meio Ambiente é muito grande, que não ajuda em nada e atrapalha. Nós dependemos da questão do meio ambiente, só que ela tem que ser ligada às modernidades que a engenharia apresenta".

Nem uma obra em 40 anos

O deputado acentua que "nem uma obra a favor do meio ambiente foi feita nos últimos 40 anos, no Brasil. Agora, o País está sofrendo. São Paulo não sofre tanto porque a cidade fez obras de engenharia que minimizam as enchentes. Blumenau (SC), no Vale do Itajaí, também minimizou os problemas das cheias com obras de engenharia caras, que tiveram que contar com a boa vontade e com a colaboração dos órgãos ambientais".

política

Governo Leite tem 10 dias para explicar barragens em APPs

Lei sancionada em 2024 é questionada no Supremo Tribunal Federal

/ CLIMA

Diego Nuñez
diegon@jornaldocomercio.com.br

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu prazo de 10 dias para que o governo do Rio Grande do Sul e a Assembleia Legislativa gaúcha esclareçam a lei que autoriza a construção de barragens em áreas de preservação permanente (APPs), que alterou o Código Estadual do Meio Ambiente.

Fachin também enviou a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre o assunto para julgamento de mérito no plenário do Supremo, adotando assim rito sumário para avaliação. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) terão cinco dias para se manifestar, após os esclarecimento das autoridades gaúchas. O documento foi expedido em 20 de maio pelo ministro do STF. A ação foi aberta pelo Partido Verde (PV).

O projeto que posteriormente se tornou a Lei 16.111/2024 foi aprovado em março pelo Parlamento gaúcho, após ser proposto pelo deputado Delegado Zucco (REP). A matéria recebeu 35 votos favoráveis e 13 contrários. Em abril, foi sancionada pelo governador Eduardo Leite (PSDB).

A alteração no Código Ambiental torna de utilidade pública e/ou interesse social obras de infraestrutura para irrigação de lavouras, como barragens – o que facilita o licenciamento. A proposta chegou a ir a plenário no final de 2023, mas foi retirada de pauta após encontrar resistências.

A nova lei torna de utilidade pública "as atividades de proteção sanitária, as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público estadual e as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal, vinculadas às atividades agrossilvipastoris, para garantir a segurança alimentar e a segurança hídrica, respeitados os regulamentos de recursos hídricos, quando couber", conforme o texto.

O PV alega que essas alterações têm por objetivo flexibilizar regras ambientais para a construção de reservatórios dentro de áreas de APPs e por consequência, permitir intervenções variadas, como a supressão da vegetação nativa. Argumenta que a flexibilização do regime jurídico de proteção às APPs por norma estadual "promove continuidade empírica da devastação no âmbito do estado do Rio Grande do Sul", conforme a ADI interpelada pelo partido.

À reportagem, a secretária nacional para assuntos jurídicos do PV nacional, Vera Motta, co-signatária da ação, afirma que "houve um desrespeito às APPs". "Para nós, não é uma questão de política partidária, é uma questão ambiental. Neste momento de transformação da sociedade, precisamos cumprir nossa função e a espinha dorsal do PV é a questão ambiental. A natureza não é um objeto à disposição da espécie humana. A natureza deve ser tratada como um sujeito de direitos", afirmou a secretária.

Após o despacho do ministro Fachin, divulgou-se que a ação teria relação com as quase 500 mudanças no Código Estadual do Meio Ambiente realizadas pelo governo Leite em 2019, tema que voltou a ser latente após o atual desastre climático no RS. A ação, porém, trata exclusivamente da Lei 16.111/2024, que permitiu a construção de barragens em APPs.

A Procuradoria-Geral do Estado emitiu uma nota definindo o processo como praxe de rito: "A PGE esclarece que o despacho do ministro Fachin, no qual abre prazo para manifestação do Estado no âmbito de ação judicial que questiona legislação aprovada pela Assembleia Legislativa, é praxe dentro do rito processual".

"Cabe lembrar, inclusive, que nos casos em que observam flagrante irregularidade ou prejuízo em determinada medida questionada, os ministros do STF, via de regra, concedem medida cautelar para suspender os efeitos. Não foi o caminho adotado pelo ministro Fachin", acrescenta o comunicado.

GUSTAVO MASUR / PALÁCIO PIRATINI / DIVULGAÇÃO / JC

Governador responde à ação protocolada pelo Partido Verde no STF

Senadores recebem pedido de apoio do governador para aportes da União

Senadores da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul ouviram nesta quinta-feira, in loco, reivindicações do governador Eduardo Leite (PSDB) para que o Estado possa se recuperar após as enchentes das últimas semanas. Entre essas reivindicações, está a de aportes do governo federal para compensar perdas de arrecadação sofridas pelo estado e recuperar a capacidade de investimentos. As informações são da Agência Senado.

Além de participar da audiência com Leite, prefeitos e autoridades do Estado, os senadores visitaram um hospital de campanha e um alojamento para famílias desabrigadas. Também houve a entrega de donativos arrecadados pela Liga do Bem, grupo de voluntários do Senado.

Aos senadores, o governador pediu apoio com relação às reivindicações do Estado. Algumas delas, na sua visão, podem ser incluídas em medidas provisórias em análise no Congresso. A principal é a de aportes para que o Rio Grande do Sul volte a ter capacidade de investir. Para ele, o adiamento das parcelas da dívida com a União não é suficiente para que o RS saia da situação em que se encontra.

Pelo texto aprovado pelo Congresso, o RS deve aplicar o valor correspondente às 36 parcelas suspensas da dívida em ações de enfrentamento da situação de calamidade. O montante das parcelas soma cerca de R$ 11,5 bilhões.

"Se a União não pode fazer movimentos na quitação da dívida, então que faça, como fez na pandemia, o aporte ao Estado para compensar as perdas que temos. Se isso não for feito, o desejo que a União expressou, que é fazer com que o não pagamento da dívida se converta em capacidade fiscal para o Estado investir, não será capaz de promover os investimentos, na medida em que estaremos simplesmente amortecendo o impacto das perdas de arrecadação", declarou Leite.

O presidente da comissão, senador gaúcho Paulo Paim (PT), afirmou ter recebido um documento do governador, que ele fará chegar às mãos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP). Na visão de Paim, o governo federal está comprometido em ajudar o RS e os senadores farão tudo o que for possível pelo estado. Nos próximos dias, as demandas serão levadas ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"Queremos, governador, ouvir aqui os prefeitos e Vossa Excelência para saber como podemos ajudar, e levaremos para o Congresso. Na próxima semana, conversaremos com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco e com o colégio de líderes. Há uma série de projetos que não vou listar aqui agora, de iniciativa de inúmeros senadores, que nós vamos apresentar", informou Paim a Leite.

As enchentes atingiram diretamente mais de 2 milhões de pessoas no Rio Grande do Sul, obrigando mais de 600 mil a abandonar suas casas. Ao mesmo tempo, a infraestrutura do Estado foi severamente atingida, com destruição de estradas, pontes e alagamento do aeroporto internacional de Porto Alegre.

O vice-presidente da comissão, senador gaúcho Ireneu Orth (PP) chamou a atenção para os problemas enfrentados pelos agricultores. "Isso vai encarecer os produtos alimentícios já agora, lá na frente, não só no RS, mas no país inteiro, porque tem mercadorias daqui que abastecem outros mercados brasileiros. Nesses segmentos, é preciso incrementar", disse o senador.

O senador gaúcho Hamilton Mourão (REP), relator da comissão, afirmou que o principal desafio agora é a urgência. Ele lembrou de medidas que foram adotadas durante a pandemia e disse que aquilo que deu certo pode e deve ser repetido. "Urgência: esse é o ponto. Não podemos esperar. Temos que tocar esse barco para andar e a nossa tarefa, dentro do Senado, dentro do Congresso, é criar as condições, facilitar o trabalho do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais."

TikTok cria regras para limitar alcance de contas governamentais em outros países

/ REDES SOCIAIS

O TikTok está estabelecendo novas regras para limitar o alcance de contas de Estado que tentam exercer influência em outros países durante períodos eleitorais. A empresa, que passou a identificar de forma especial perfis ligados a órgãos de Estado há dois anos, anunciou, em comunicado, que as contas identificadas que tentam "alcançar comunidades fora de seu país de origem sobre assuntos globais atuais" não aparecerão no feed principal, onde os usuários têm acesso aos vídeos

A plataforma também disse que, nas próximas semanas, contas de mídias ligadas a governos que anunciam na plataforma não poderão mais fazer anúncios fora de seus países de origem. A decisão surge poucos dias depois de um estudo realizado pela Brookings Institution afirmar que contas ligadas ao governo russo aumentaram o uso na plataforma e publicaram mais mensagens em espanhol.

O TikTok, que é de propriedade da ByteDance, sediada em Pequim, está no centro de um acalorado debate, com políticos e autoridades argumentando que a plataforma representa uma séria ameaça à segurança nacional e poderia facilmente operar de acordo com interesses da China.

O TikTok negou as alegações e está processando o governo norte-americano por conta da lei que a forçaria romper laços com a empresa chinesa para continuar operando nos EUA. A ByteDance também é parte do processo.

geral

Capital vive quinta-feira caótica com fortes chuvas

Conforme o Inmet, choveu mais de 129 mm na Zona Sul da Capital

/ CLIMA

Juliano Tatsch
juliano@jornaldocomercio.com.br

EVANDRO OLIVEIRA/JC

Ruas centrais da cidade voltaram a sofrer com alagamentos

Porto Alegre viveu uma quinta-feira caótica. A chuva intensa que caiu na cidade desde a madrugada fez com que diversas regiões da cidade voltassem a ficar alagadas, pontos antes não atingidos se transformaram em rios e o trânsito apresentando engarrafamentos de Norte a Sul tornaram o deslocamento pela capital gaúcha quase impossível em vários pontos.

Áreas da zona central da cidade, bairros como o Menino Deus, Cidade Baixa e Praia de Belas voltaram a ficar alagados. Desta vez, as águas sobem pelos bueiros e tomam conta das vias, indicando problemas no sistema de esgotamento pluvial (leia mais na página 18).

Vias que já haviam tido o trânsito liberado tiveram de ser novamente bloqueadas, como é o caso das avenidas Erico Verissimo, Aureliano de Figueiredo Pinto e Getúlio Vargas, e outras que nem chegaram a alagar quando do pico da cheia agora não permitem a circulação de veículos.

Em vídeo, o diretor-geral do Dmae, Maurício Loss, afirmou que as chuvas são maiores do que os modelos previamente apontavam e que as equipes seguem atuando na limpeza das redes para tirar o lodo e a areia acumulada em razão dos alagamentos anteriores. Além disso, ele diz que o departamento está buscando ampliar o bombeamento das casas de bombas 12, 13 e 16, que contemplam os bairros Menino Deus e Cidade Baixa.

Conforme a MetSul Meteorologia, os acumulados de chuva nas estações do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) até o início da noite desta quinta eram de 129 mm no bairro Belém Novo e 112 mm no Jardim Botânico. Já o monitoramento da rede do Centro Nacional de Monitoramento de Desastres (Cemaden), a precipitação atingia 108 mm no Cristal e 95 mm no Partenon.

Na Zona Sul, moradores ficaram ilhados nas ruas Arroio Grande e Canela, junto à avenida Otto Niemeyer. A região é um ponto crítico para alagamentos, na medida em que é margeada pelo Arroio Cavalhada que extravasa. Por volta das 13h, a força das águas nas vias era tanta que a impressão era de que ali estava passando um rio. Equipes do Corpo de Bombeiros e da Brigada Militar foram ao local para retirar moradores.

Horas após a situação causar preocupação e saída às pressas de bairros, a população voltou a reclamar da falta de orientação sobre para onde se destinar e o cenário estimado de avanço da água. A Zona Norte também sofreu com as inundações. Em locais onde a água tinha baixado, como nas Ruas 21 de Abril e Alcides Maia, no bairro Sarandi, a elevação da cheia causou transtornos aos moradores, que já haviam limpado suas residências na quarta-feira, enquanto fazia sol.

Nível mínimo do Guaíba a cada dia, desde o início das chuvas

Nível máximo atingido pela cheia **5,35m**

Data	Nível
29/4	1,31m
30/4	1,44m
1/5	1,91m
2/5	2,54m
3/5	4,58m
4/5	4,88m
5/5	5,24m
6/5	5,25m
7/5	5,18m
8/5	5,00m
9/5	4,86m
10/5	4,70m
11/5	4,57m
12/5	4,61m
13/5	4,64m
14/5	5,14m
15/5	5,08m
16/5	4,80m
17/5	4,55m
18/5	4,53m
19/5	4,28m
20/5	4,23m
21/5	4,01m
22/5	3,90m
23/5	3,82m *

* NÍVEL MÍNIMO REGISTRADO ÀS 1H DE 23/05

FONTE: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) E SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

Vento Sul deve represar o nível do lago Guaíba nos próximos dias

O tempo seguirá instável em grande parte do Rio Grande do Sul nesta sexta-feira. Contudo, além de chuvoso, o dia também será ventoso na maior parte das regiões, com previsão de forte declínio da temperatura a partir do inicio da tarde. E, será justamente esse vento, no sentido Sul/Sudoeste, quem mais deverá impactar na vida dos moradores da Capital.

Nesta quinta-feira, a MetSul Meteorologia emitiu alerta para um possível repique da cheia do Guaíba entre esta sexta e o sábado, por conta da intensidade das rajadas de vento, que devem atingir velocidades entre 70 e 90 km/h, na costa e sobre a Lagoa dos Patos. Segundo a empresa, isso deverá gerar o represamento das águas do Guaíba.

Neste tipo de situação, no passado, com vento nessa intensidade, o Guaíba chegou a subir 30 cm. Por exemplo, foi o que se viu na enchente do mês de setembro do ano passado, quando a cota máxima foi de 3,18m. A tendência é de que o vento Sul se mantenha no fim de semana, mas com menor intensidade no domingo.

Nas faixas Norte e Leste, a chuva poderá persistir até o começo da noite, em menor intensidade. Já nas regiões Oeste e Sul, ela tende a cessar ao longo da tarde.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), as temperaturas mínimas no final de semana ficam perto ou até mesmo abaixo de zero nas partes altas das Serras do Sul e também na região da campanha gaúcha. Há expectativa de forte geada no Estado.

Em Porto Alegre, o tempo será úmido e com pancadas de chuva esparsas ao longo desta sexta. A temperatura despencará durante à noite, com previsão do retorno do frio intenso. No fim de semana, o sol deve voltar a aparecer, mas entre nuvens. As mínimas ficam abaixo dos 10°C a partir desta sexta-feira e ao decorrer do final de semana, com a sensação térmica baixa.

Prefeitura de Porto Alegre volta a fechar as comportas do Cais Mauá

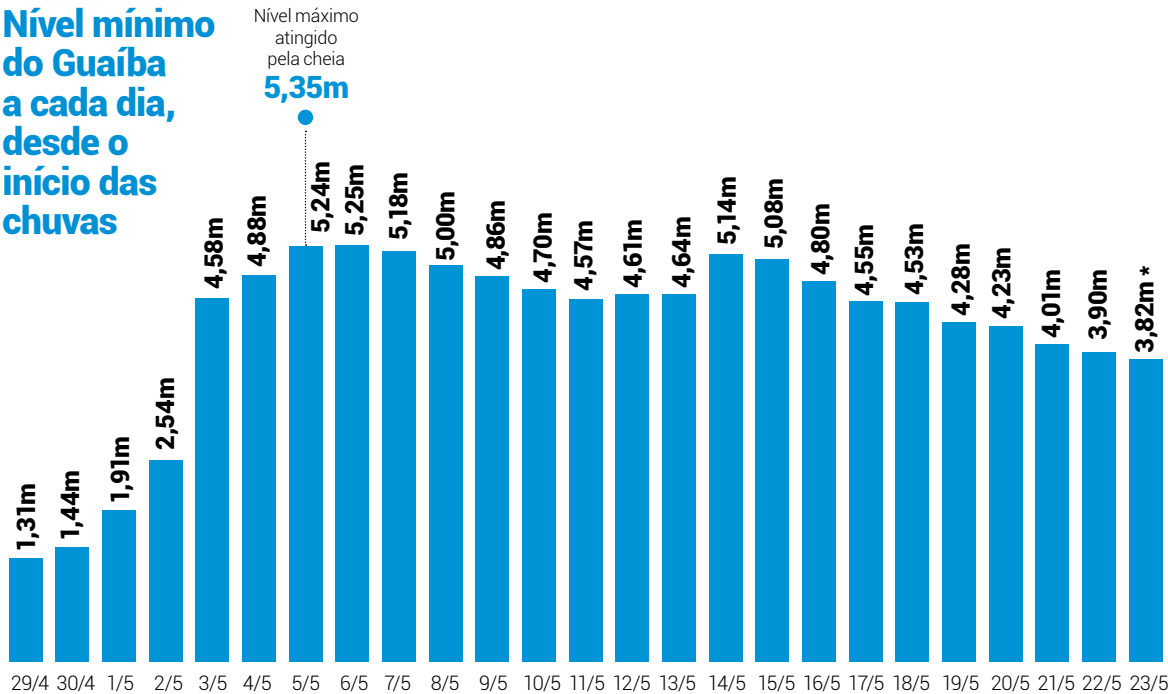
As fortes chuvas que impactam a Capital também deram fim ao progressivo recuo do Guaíba. O lago, agora em oscilação, iniciou o dia marcando 3,82 m no Cais Mauá, atingiu pico de 3,94 m às 6h e, por volta das 18h, marcava 3,91 m. Com a previsão de mais chuvas e ingresso do vento Sul, responsável por represar o corpo hídrico, o prefeito Sebastião Melo ordenou o fechamento imediato de todas as comportas do Muro da Mauá.

Até então, Porto Alegre tinha cinco comportas abertas: as de número 3 (avenida Mauá), 11, 12, 13 e 14 (avenida Castelo Branco). Ao longo das últimas semanas, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) havia reaberto elas para auxiliar no escoamento do Guaíba. Porém, com a previsão do Executivo de um repique de até 50 cm do lago, o temor de que as águas voltassem falou mais alto.

Mesmo com a mudança de planejamento em relação ao principal sistema de proteção contra enchentes da Capital, o diretor-geral do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae), Maurício Loss, nega que as aberturas tenham sido um erro, reafirmando que o escoamento estava funcionando.

Conforme o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a precipitação chegou a 129,6 milímetros na Estação Belém Novo, na Zona Sul da Capital, em apenas 15 horas. O excesso de chuva, aliado à rede de drenagem assoreada por lama da enchente que atinge à Capital há três semanas, gerou alagamentos em diferentes bairros.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), "os novos cenários de previsão indicam cheia duradoura, com redução lenta dos níveis". De acordo com o boletim divulgado às 12h desta quinta-feira, o órgão recomenda atenção à possibilidade de retorno das águas em regiões recentemente drenadas e solicita, à prefeitura, atenção especial à população afetada e ações imediatas para manutenção das infraestruturas e serviços essenciais como o saneamento básico.

No boletim divulgado nesta quinta-feira, a Defesa Civil do RS informou que a tragédia no Estado já vitimou 163 pessoas, 64 estão desaparecidas e 581.643 desalojadas. Ao todo, são 2.342.460 pessoas afetadas em 469 municípios gaúchos.

geral

Editor: Deivison Ávila
geral@jornaldocomercio.com.br

Chuva interrompe trânsito em vários pontos da cidade

Principais avenidas da Capital precisaram ser bloqueadas pela EPTC

/ CLIMA

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Diante da forte chuva que atingiu Porto Alegre entre a madrugada e a manhã desta quinta-feira, o trânsito se transformou em um cenário de caos em pontos mais alagados. Os mais de 100 mm que caíram em menos de 12 horas surpreenderam a população e, principalmente, os órgãos públicos responsáveis pelo controle das inundações.

Próximo das 14h30min, a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) divulgou que haviam 86 ocorrências em aberto na Capital, sendo 55 com bloqueio total de vias. Desde então, a Avenida Sarandi nos dois sentidos entre a rua Henrique Schneider e a avenida Raphael Zippin também precisou ser completamente interditada.

As principais avenidas da cidade destacam a dificuldade da locomoção, situação que se agrava por conta do bloqueio de faixas. Pontos que haviam sido desobstruídos há cerca de uma semana voltaram a ser interditados. É o caso da avenida Praia de Belas, que voltou a inundar.

Na sua volta, o bairro Menino Deus também sofreu com a volta da cheia. O diretor de operações da EPTC, Carlos Pires, relata que o Extremo Sul foi a região mais afetada pelo repique, e que o órgão está inteiramente deslocado para as ruas: "além do que já tinha alagado, o Sul sofreu bastante porque choveu muito na região de Belém Novo e Restinga. Todo o efetivo do órgão foi para a rua. Cerca de 300 agentes trabalhando, e o objetivo total é de 500 pessoas atuando ao longo das 24 horas do dia".

Ele ainda destaca que não há previsão para que os bloqueios sejam removidos. Nesta sexta-feira, a chuva deve seguir em Porto Alegre.

Pela primeira vez durante a tragédia que assola o Estado, as avenidas Otto Niemeyer e Cavalhada ficaram inviáveis para circulação em determinados pontos. Na tarde desta quinta, os dois lados da via foram interditados. Em paralelo, o Exército realizava o resgate de crianças ilhadas em uma creche localizada no epicentro da cheia.

Na saída da Capital, o novo corredor humanitário ficou repleto de buracos. Pires afirma que a via seguirá aberta para circulação, mas alerta para o congestionamento intenso no local. A EPTC voltou a solicitar que os motoristas procurem outro acesso à cidade ou interior, para facilitar a chegada de veículos essenciais.

EVANDRO OLIVEIRA/JC

Vias do bairro Menino Deus, que haviam secado, voltaram a alagar

Áreas secas dos bairros Menino Deus e Cidade Baixa voltam a alagar

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Após o retorno das chuvas na cidade de Porto Alegre, bairros que já possuíam pontos secos voltaram a alagar. No Menino Deus, era possível perceber água vertendo dos bueiros ainda já na noite da quarta-feira na região da avenida Praia de Belas. Na manhã desta quinta-feira, outras vias da região também foram surpreendidas com alagamentos que se formaram rapidamente.

Algumas das principais ruas afetadas foram a Barão do Gravataí, em especial próximo à Churrascaria Garcias, Botafogo, nas imediações do Colégio Presidente Roosevelt, e, em situação mais crítica, a Praia de Belas e a rua Barbedo. Moradores deixaram suas casas novamente, sendo que alguns relatam estarem com as moradias novamente ilhadas.

O Hospital Mãe de Deus, localizado no bairro, que precisou ser evacuado no dia 5 de maio, voltou a ser atingido nesta quinta. "As equipes cessaram a limpeza do subsolo no Hospital Mãe de Deus e deixaram o prédio. Novamente a água chegou a entrar nessa área, e trabalhamos para sua retirada, por meio de caminhões para bombeamento", afirmou a assessoria da instituição. Já não havia pacientes no local. A instituição espera conseguir manter o retorno dos atendimentos para o início de junho.

Na Cidade Baixa, a situação é semelhante. Lá, algumas das vias alagadas são a República e a João Alfredo. Apesar disso, os moradores do bairro não desmarcaram a manifestação prevista para reclamar da situação da região. O ponto de partida do protesto foi o Largo Zumbi dos Palmares, seguindo em direção à Rua da República.

O Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae) informou que está trabalhando para retomar o bombeamento de água nos bairros, mas que nem todas as bombas poderão ser religadas. No caso da bomba 13, que amenizaria a situação nos bairros afetados, o diretor do órgão, Maurício Loss, disse que a inundação impede a instalação de um gerador de energia no local.

Nível do Arroio Dilúvio sobe e água se aproxima da altura dos taludes

Por conta das fortes chuvas que a Capital enfrenta nas últimas horas, o Arroio Dilúvio apresenta um grande aumento no volume de água, e corre risco de extravasamento. A água, em alguns pontos, já chega na altura dos taludes, que já tiveram pontos de queda no início do mês.

Em regiões como a avenida Ipiranga em frente à Pucrs, a água já passa dos taludes e ameaça invadir a via. Na região da Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs), formam-se ondas. As águas da região ecoam no arroio, o que está causando o grande volume e correnteza forte.

THAYNÁ WEISSBACH/JC

Com as chuvas excessivas, o arroio ficou próximo da altura do asfalto

Zona Sul volta a sofrer com alagamentos

Depois de dias com o Guaíba recuando e um princípio de busca pela retomada de normalidade em Porto Alegre, a forte chuva que cai na cidade desde a madrugada desta quinta-feira, fez a população da Capital reviver o pesadelo do auge da enchente. Na Zona Sul, pontos de Ipanema voltaram a ficar intransitáveis, enquanto moradores da Restinga viram a água inundar trechos que ainda não haviam sido atingidos.

Na Cavalhada, além do extravasamento da água pelos bueiros, também há o transbordo do arroio que nomeia o bairro. Na região, duas cenas tiveram maior destaque durante o dia: o resgate de 20 crianças da escola de educação infantil Paraíso dos Baixinhos, que ficou ilhada, e a retirada realizada pelo Corpo de Bombeiros de moradores da rua Barbosa Neto, próximo ao Burger King.

Na Restinga, a água subiu tanto que trancou uma das entradas do bairro, na Estrada João Antônio da Silveira. Com a cheia, o acesso está sendo realizado exclusivamente pela Zona Leste, via Lomba do Pinheiro. O que mais trouxe pânico para a população é que a região ainda não havia sido impactada pela enchente e nem ao menos possuía alerta sobre os riscos.

Em Ipanema, a avenida Guaíba, na Orla, permanece completamente inundada. Já em regiões que tinham visto as águas baixarem, como na avenida Tramandaí, diversas ruas voltaram a sofrer com alagamentos e moradores precisaram ser retirados às pressas.

Na Estação Pluviométrica Belém Novo, que mede o volume da chuva na Zona Sul, foram registrados 129,6mm até as 15h de quinta. Segundo o Departamento Municipal de água e Esgotos (Dmae), o órgão sabia da chuva, "mas não estava previsto o acumulado expressivo em um curto espaço de tempo".

geral

Entidades ajudarão Capital no sistema contra cheias

Das 23 casas de bombas, 19 foram inundadas; hoje, 10 estão operando

/ CLIMA

Fabrine Bartz
fabrineb@jcrs.com.br

BRUNA SUPTITZ/DIVULGAÇÃO/JC

Melo (c) disse que a Capital não esperava chuva no volume registrado

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, afirmou ontem, durante coletiva de atualização sobre o enfrentamento à enchente, que todos os documentos levantados por entidades e instituições serão considerados para adequar o sistema de proteção contra cheias da cidade.

A fala ocorreu ao mesmo tempo em que o Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS) estava reunido para tratar do Sistema de Proteção contra Inundações de Porto Alegre e divulgou um manifesto assinado por 42 profissionais, indicando que a Capital não precisaria ter 10% da inundação se a manutenção fosse realizada. Segundo os engenheiros, procedimentos simples poderiam ter evitado o caos que vive a cidade atualmente.

Os documentos, segundo Melo, servirão como um somatório nas ações da prefeitura. Da mesma forma, a ideia é consultar o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) e as universidades. Durante a coletiva, o prefeito esclareceu a passagem das atribuições do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) para o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae). Essa troca, foi um processo difícil de adaptação, pois "o Dmae tinha expertise em tratar água e não questão pluvial. Tem um roteiro e ele precisa ser seguido".

Com a retomada das chuvas e uma nova onda de inundação em Porto Alegre, a prefeitura suspendeu as aulas da rede municipal e do setor privado no dia de hoje. A Zona Sul e o Centro da cidade foram afetados diretamente, com mais de 112 milímetros em alguns pontos - o que ultrapassou a média histórica para o mês de maio. Devido ao impacto da chuva anterior, o novo alagamento ocorreu de forma mais rápida.

O sistema de drenagem, no entanto, precisa ser revisado na totalidade. "Sabíamos dessa previsão de chuva, o governo do Estado publicou e nós (prefeitura) também divulgamos. Não fomos pegos de surpresa, mas não esperávamos essa quantidade", afirma Melo. O decreto de calamidade pública será utilizado para ações emergenciais na cidade.

O sistema de comportas, utilizado como medida contra cheias, será fechado novamente. O diretor-geral do Dmae, Maurício Loss explicou que algumas comportas haviam sido abertas para ajudar no escoamento das águas da enchente para o Guaíba.

Das 23 casas de bombas, 19 foram inundadas. Neste momento, 10 estão em funcionamento devido às ações realizadas pelo departamento. Na mobilidade, o caminho humanitário segue em funcionamento nas duas pistas.

Embora tenha afirmado a desmobilização dos abrigos, com as novas chuvas, Melo fez um apelo para que esses espaços continuem abertos até segunda-feira. "Não podemos fechar os abrigos neste momento", complementa.

A previsão do vento Sul para os próximos dias também terá impacto no escoamento para a Lagoa dos Patos. Não há previsão para retomada da cidade à normalidade.

Causa da enchente foi falta de manutenção, afirmam engenheiros

Bárbara Lima
barbaral@jcrs.com.br

O engenheiro Vicente Rauber afirmou, em coletiva ontem, que Porto Alegre não precisaria ter "10% da inundação que teve". Ao lado de outros profissionais, na sede do Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS), ele explicou que as proporções das enchentes que tomam conta de Porto Alegre são, em grande parte, justificadas por falta de manutenção do sistema.

Segundo manifesto assinado por 42 profissionais da área, procedimentos relativamente simples poderiam ter evitado o caos que vive a cidade atualmente.

"O sistema é atual, talvez um dos melhores do Brasil. Não colapsou. Faltou manutenção", explicou Rauber, ex-diretor do extinto Departamento de Esgotos Pluviais (DEP).

Durante a conversa com jornalistas, engenheiros consideraram, ainda, que as reformas necessárias para conter as cheias poderiam ter sido realizadas de novembro, quando houve um princípio de inundação no Centro, até início de maio, mês em que as águas tomaram conta das ruas de Porto Alegre. "Tem coisas que são simples de resolver", enfatizou o engenheiro Carlos Berno.

Segundo eles, muitos procedimentos, como a troca de borrachas nas comportas, a manutenção das comportas e das casas de bomba, que precisam de reformas por conta do aumento da urbanização da cidade, poderiam ter sido feitas, inclusive, com contratos emergenciais. "Esses consertos não demoram mais de 30 dias. E não foi falta de dinheiro", destacou Rauber.

Ele criticou, ainda, a falta de investimentos na contenção de enchentes e a extinção do DEP. "Mesmo que o DEP estivesse sucateado, tínhamos um órgão de primeiro escalão e que era responsável por tratar do sistema de proteção contra inundações, por operar as casas de bombas e a drenagem urbana, além de cuidar do saneamento", disse.

Como medida imediata, mesmo que para minimizar os novos alagamentos que surgiram na cidade nesta quinta-feira, os engenheiros reiteram o que já está escrito no documento desde a semana passada: fazer, entre outras ações, o conserto imediato das casas de bombas com mergulhadores e vedar as comportas. Além disso, eles sugerem vedar hermeticamente as tampas violadas dos Condutos Forçados Polônia e Álvaro Chaves.

Incêndio em subestação da Trensurb pode atrasar retorno das operações

Um princípio de incêndio foi registrado ontem na subestação de energia São Luís, da Trensurb. As causas serão avaliadas. A unidade era uma das principais responsáveis pela manutenção do funcionamento dos sistemas e fundamental para o retorno da operação, prevista até a próxima segunda-feira, de forma parcial, entre Novo Hamburgo e Canoas. A tendência é de que seja adiada.

Segundo o diretor-presidente da Trensurb, Fernando Marroni, para a volta da circulação dos trens na totalidade - o que pode levar meses - serão necessários R$ 168 milhões.

Mercado Público passa por limpeza e será reaberto parcialmente no mês de junho

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

O Mercado Público de Porto Alegre, que teve o primeiro piso totalmente atingido pelas águas, será reaberto parcialmente para atendimento à população no mês de junho. O anúncio foi feito nesta quinta-feira pelo secretário municipal de Administração e Patrimônio, André Barbosa, durante o começo dos trabalhos de limpeza da parte interna.

O trabalho de higienização do prédio deve durar cinco dias. No sábado, será permitida a entrada dos permissionários nas 80 bancas atingidas pelas águas. No entorno do edifício histórico, é possível visualizar a marca em que a água chegou: 1,70 m de altura. Acima do verificado na enchente de 1941.

Segundo Barbosa, também será feita uma higienização no segundo piso, porque pode ter ocorrido a migração de ratos e insetos para lá. "Vamos fazer uma dedetização para não ter dúvida e não colocar a população em risco", explica. Em relação ao mobiliário, foi feito um acordo para que todo os móveis de madeira sejam recolhidos. A partir deste sábado, os freezers e câmaras frias serão colocados na área de eventos para que os comerciantes façam o transporte para outro local.

A estimativa de prejuízo, só com estoque, é de R$ 2 milhões a R$ 3 milhões. Serão necessários investimentos de infraestrutura de mais de R$ 10 milhões para recuperação do espaço.

EVANDRO OLIVEIRA/JC

Mobiliário retirado do prédio será totalmente descartado

Espaço Vital

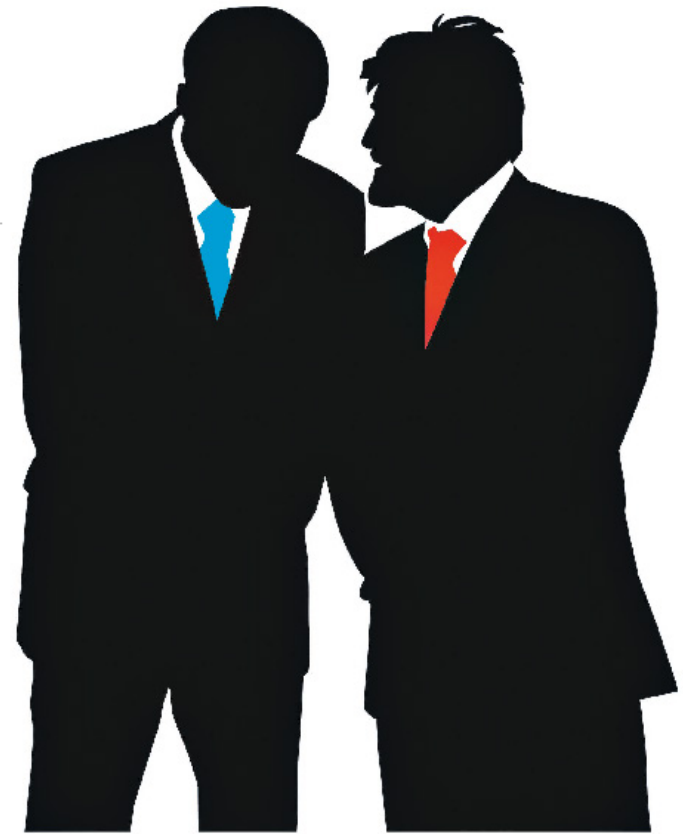
Marco Antonio Birnfeld
123@espacovital.com.br

Advogado não pode violar segredo de profissão

A 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu ser "inadmissível a prova proveniente de acordo de colaboração premiada firmado com violação do sigilo profissional de advogado". Com tal entendimento, foi anulada a cooperação do advogado Sacha Breckenfeld Reck (OAB/PR nº 38.083) bem como as provas e as denúncias dela decorrentes, em ação penal contra a empresa paranaense de transportes coletivos Pérola do Oeste, para a qual o advogado trabalhava. A Pérola foi alvo de investigação do Ministério Público (MP-PR), apurando a existência de associação criminosa para fraudar licitações de concessão do serviço público de transporte no Estado.

O advogado Reck, um dos investigados, celebrou acordo com o MP-PR, depois de denunciado e preso em 1º de julho de 2016. O acordo foi feito poucos dias depois e deu suporte a novas investigações, bem como a um aditamento da denúncia em março de 2017. Foram adicionados à denúncia os nomes de dois ex-administradores da empresa, os quais recorreram ao STJ para anular a colaboração do advogado.

Para o relator do caso, ministro Sebastião Reis Junior, o profissional da advocacia não poderia ter quebrado o seu sigilo profissional. "Esse ônus do advogado não pode ser superado mesmo quando ele seja investigado, sob pena de se colocar em fragilidade o amplo direito de defesa" - refere o acórdão. Este concluiu que "uma vez constatada a ilegalidade do acordo, as provas decorrentes devem ser invalidadas".

A quebra do sigilo profissional do advogado para atenuar a sua própria pena, em processo no qual ele e o cliente figuram como investigados, não está autorizada pelo Código de Ética da Advocacia. Neste, o artigo 25 somente admite tal possibilidade em caso de grave ameaça ao direito à vida, à honra, ou quando o advogado for afrontado pelo cliente e, em defesa própria, tenha que revelar segredo - porém, sempre restrito ao interesse da causa. O advogado Sacha Breckenfeld Reck cumpre suspensão aplicada pela OAB do Paraná. E teve canceladas suas inscrições suplementares nas OABs de Santa Catarina e São Paulo. (Recurso de habeas corpus nº 179805).

Profissional da advocacia não pode quebrar o seu sigilo profissional

DEPOSIT PHOTOS/DIVULGAÇÃO/EV/JC

Licitação fraudada

A propósito, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios acolheu denúncia do Ministério Público e condenou o ex-secretário de Transportes José Walter Vazquez Filho e o mesmo advogado Sacha Breckenfeld Reck por improbidade administrativa. Os dois fraudaram uma outra licitação para concessão de serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal (Concorrência nº 1/2011). Cada um deles terá de ressarcir ao erário R$ 744.071,00.

Os dois tiveram os direitos políticos suspensos por cinco anos e estão proibidos de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais. O advogado Reck terá de também pagar multa no mesmo valor do dano apurado. O ex-secretário de Transportes perdeu a função pública. (Processo nº 0011774-79.2015.8.07.0018).

Pobre Brasil brasileiro

Em mais um revés para a Lava-Jato, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) beneficiaram esta semana dois personagens emblemáticos condenados no âmbito das investigações. Em uma frente, Toffoli anulou todos os atos da 13ª Vara Federal de Curitiba contra Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira, atual Novonor, quando Moro estava à frente da operação. O julgado determinou ainda o trancamento de todos os procedimentos penais instaurados contra o empresário, mas ressaltou que a anulação não engloba o acordo de delação premiada firmado por Marcelo Odebrecht sobre o esquema de pagamento de propina por empreiteiras durante a operação.

Em outra decisão, a 2ª Turma da Corte considerou extinta uma pena imposta a José Dirceu por corrupção passiva, ... devido à prescrição". Ele fora condenado pela 13 ª Vara Federal de Curitiba a oito anos pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O novo julgado facilita a recuperação de seus direitos eleitorais já para 2026.

Reino dos céus

A 1ª Turma do STF, por unanimidade, aceitou denúncia contra a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) e o hacker Walter Delgatti Neto, por "invasão a dispositivos informáticos do Conselho Nacional de Justiça e por falsidade ideológica".

Após se tornar ré, a deputada fez uma publicação no X (antigo Twitter), citando um versículo bíblico: "Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus".

Desembargadora versus jornal e jornalista

Mesmo com os fóruns gaúchos ainda fechados, nas radiocorredores da advocacia e da magistratura só se fala nisso: não haverá acordo na ação indenizatória cível da desembargadora Íris Helena Medeiros Nogueira, contra a empresa RBS - Zero Hora Editora Jornalística S. A. e a jornalista Rosane Aparecida de Oliveira. A ação não tem segredo de justiça - e este é um ponto positivo. As rés já recusaram formalmente participar de audiência de conciliação que seria realizada na primeira quinzena de junho no Cejusc - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

A magistrada Íris Nogueira busca indenização de exatos R$ 600 mil em decorrência da forma - que a desagradou - como foi exposto seu nome, em 2023, no noticiário sobre a sua remuneração quando era presidente do TJ gaúcho. Em abril de 2023 foram exatos R$ 662.389,16 líquidos. Naquele quarto mês, a Corte gaúcha realizou pagamentos que totalizaram R$ 12 milhões para 38 magistrados (pagamento médio 'per capita' de R$ 315 mil).

Na manifestação em que rechaçam a conciliação, as rés sustentam a pertinência do material jornalístico publicado, que inclui, entre outros: a) informações sobre a pretendida compra de cinco automóveis Audi, de luxo, por R$ 1,79 milhão; b) Notícia sob o tema "Como se engordam salários no Judiciário". A contestação do jornal e da jornalista ainda não foram apresentadas, porque os prazos estão suspensos por causa das enchentes. A instrução e o julgamento ocorrerão na 13ª Vara Cível de Porto Alegre. A titular, ali, é a juíza Valkiria Kiechle. (Processo nº 5021409-45.2024.8.21.0001).

Primor pontual no tribunal

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) entendeu que Lula não precisa devolver um relógio Cartier, avaliado em R$ 60 mil, que ganhou no primeiro mandato, em 2005. A auditoria concluiu que "presentes de alto valor devem ser devolvidos à União".

Mas, no caso do petista, isso não foi recomendado. Prevaleceu o entendimento da "impossibilidade de aplicação de forma retroativa". As contas foram bem feitas.

Sua excelência, o acusado

A defesa de Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro - preso e denunciado como um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco - fez original pedido ao STF.

Quer a transferência do excelentíssimo para uma "prisão especial ou sala de Estado-Maior." (Quem sabe o sistema oferece massagem relaxante às sextas-feiras?).

Escuridão do analfabetismo

Novos dados do Censo 2022, revelados esta semana, mostram que 93% dos brasileiros com 15 de idade, ou mais, já são alfabetizados. É o maior índice da série histórica iniciada em 1940. Porém, apesar dos gastos consideráveis em educação, o poder público foi incapaz de prover o letramento básico a outros 11,4 milhões de brasileiros.

É espantoso que, no Brasil, haja 50 municípios com índices de analfabetismo iguais ou superiores a 30%, dos quais 48 - isso mesmo: 48! - estejam no Nordeste. E o mais surpreendente: trata-se da mesma região que se notabilizou por ilhas de excelência na escola pública, atestada por sucessivos testes de avaliação de âmbito nacional e internacional. É um dado sombrio de um País que prometeu erradicar o analfabetismo até 2024.

Gasolina grátis para abonados

O senador Alexandre Luiz Giordano (MDB-SP) vinha mantendo perfil discreto desde que assumiu o cargo como suplente do senador Major Olímpio. Este morreu em 2021, vítima de Covid-19. Giordano porém chamou a atenção no meio político pela prestação de contas com combustíveis e seu périplo por restaurantes caros de São Paulo.

Levantamento publicado pela Folha de S.Paulo mostra gastos de mais de R$ 336 mil com combustíveis. Estes abasteceram carros de Giordano, de seu filho e de uma empresa da família.

Automotor

Vinicius Ferlauto
automotor@jornaldocomercio.com.br

Volkswagen atualiza o T-Cross por fora e por dentro

Com design externo reestilizado e melhorias no acabamento interno, a linha 2025 do SUV compacto estreia nas concessionárias da marca em junho. O modelo não sofreu aumento de preços e está disponível em três versões: 200 TSI, Comfortline e Highline, com respectivos preços de R$ 142.990,00, R$ 160.990,00 e R$ 175.990,00.

O novo visual inclui um conjunto de iluminação inédito. A partir de agora, todas as configurações saem de fábrica com faróis e assinatura luminosa diurna 100% de LED. As lanternas traseiras também são totalmente em LED, interligadas por um filete luminoso. Ainda são novos a grade dianteira, os para-choques e as rodas.

Na cabine, o formato do painel está mais elaborado. Foram adotados novos acabamentos e superfícies, contemplando revestimentos suaves ao toque, tecidos e costuras pespontadas. A central multimídia com tela de 10,1 polegadas agora tem conceito semiflutuante.

Os motores 200 TSI (presente na versão 200 e Comfortline) e 250 TSI (da Highline) sempre são atrelados ao câmbio automático de seis velocidades. Em termos de segurança, o sistema de frenagem autônomo de emergência com reconhecimento de pedestre estreia em todas as variantes.

O T-Cross Highline oferece como opcional o pacote “ADAS”, que inclui estacionamento automático, detector de ponto cego com assistente traseiro de saída de vaga e controle ativo de mudança de faixa. Controle adaptativo de velocidade e distância, frenagem autônoma de emergência com detector de pedestre, controles de tração e de estabilidade, assistente de partida em rampas e seis airbags (dois frontais, dois laterais nos bancos dianteiros e dois de cortina) são equipamentos de série em todas as configurações do carro.

VOLKSWAGEN/DIVULGAÇÃO/JC

Honda Elite traz novo motor e aprimoramentos técnicos

Fabricada em Manaus (AM), a scooter chega à sua segunda geração. Modelo de entrada da marca no segmento, custa R$ 12.966,00, sem despesas de frete e seguro incluídas.

Com os mesmos 125 cm³ do anterior, o novo motor foi reprojetado para atender às atuais exigências de controle das emissões. As modificações também trouxeram economia de combustível e funcionamento mais suave, com vibrações mínimas.

Outro avanço é o sistema que desliga e religa o propulsor de modo automático em paradas mais prolongadas. Continuamente variável, a transmissão automática permite uma aceleração gradual e consumo eficiente.

A scooter também sofreu revisão da parte ciclística. O chassi tubular de aço recebeu ajustes na geometria e perdeu peso, para melhorar a agilidade. Na suspensão traseira, o novo conjunto mola-amortecedor possui ângulo de atuação modificado. E os pneus, de 12 polegadas na dianteira e 10 polegadas na traseira, são novos.

O design esportivo foi atualizado, com linhas agressivas e angulosas. Totalmente reformulado, o painel de instrumentos apresenta maior número de informações.

Na ergonomia, um importante progresso foi feito com o maior espaço para as pernas entre o escudo frontal e o banco. Com novo formato, o banco teve sua altura em relação ao solo reduzida, facilitando as manobras de estacionamento.

HONDA/DIVULGAÇÃO/JC

Marco histórico

A Toyota do Brasil divulgou o marco histórico de 700 mil veículos exportados. Em 2023, a empresa enviou 82.419 veículos, o equivalente a 40% de sua produção, para 22 países da América Latina e do Caribe. O SUV Corolla Cross foi o modelo mais exportado, com 31.700 unidades.

Pneus para reposição

A Bridgestone inaugurou seu novo centro de distribuição de pneus em Cotia (SP), estruturado exclusivamente para o mercado de reposição. Com uma área total de 84 mil metros quadrados cobertos, o espaço possui capacidade para armazenar mais de um milhão de pneus.

Adiamento

O Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Rio Grande do Sul resolveu pelo adiamento da edição de 2024 da TranspoSul, que estava prevista para acontecer de 18 a 21 de junho, em função da calamidade climática que acomete o Estado.

Leia mais sobre o setor automotivo em www.jornaldocomercio.com

Panorama

Editor: Igor Natusch
igor@jornaldocomercio.com.br

VINÍCIUS MELLO/DIVULGAÇÃO/JC

Estruturas do Museu do Trabalho ficaram debaixo d'água

CULTURA

Artistas projetam limpeza difícil no Teatro do Museu do Trabalho

Adriana Lampert
adriana@jornaldocomercio.com.br

A inundação que tomou conta das ruas do Centro Histórico na primeira quinzena de maio destruiu parte dos equipamentos e materiais cênicos da Cia. Ronald Radde. Instalado no Teatro do Museu do Trabalho (Rua dos Andradas, 230), o grupo coordenado pela diretora Karen Radde e o produtor Vinícius Mello agora busca reconstruir o espaço, que também sofreu danos, contando com a ajuda da comunidade e de parceiros de trabalho.

Afetados pelo alagamento da sede da companhia teatral, os artistas estão com as atividades suspensas desde o início do mês - quando iniciou a devastação causada pelas enchentes em diversos municípios do Estado -, mas retornaram ao local nesta segunda-feira para realizar a retirada da lama do espaço cultural. "Por enquanto, só conseguimos fazer uma limpeza inicial, até porque estamos sem luz, e tendo que fazer tudo com uma lanterna na mão. Certamente, devido à quantidade de sujeira - que inclui restos de peixes mortos e a presença de ratos e baratas, além de objetos danificados -, teremos que convocar um mutirão para poder concluir essa tarefa", afirma Karen.

O Museu do Trabalho e o Teatro do Museu ocupam galpões próximos à Usina do Gasômetro, região onde as águas devastaram outra série de empreendimentos. Locado, desde 2020, pela Companhia - anteriormente denominada Cia de Teatro Novo, e fundada pelo dramaturgo e diretor Ronald Radde (falecido em abril de 2016, aos 71 anos) - o galpão do Teatro havia passado por uma reforma, há cerca de dois anos. "Desde que nos estabelecemos na sede, já passamos por uma série de dificuldades, incluindo o período de isolamento da pandemia de Covid-19, que nos impediu de trabalhar, e, nos anos seguintes, as dificuldades em levar o público aos espetáculos, além de problemas com o teto e o palco do espaço que ocupamos (por isso a reforma)", comenta Karen, que é filha do ex-diretor da Companhia. "Este ano, estávamos começando a engrenar. Agora, iremos ter que retomar a luta."

Segundo Mello, que é sócio de Karen nos negócios da Cia. Ronald Radde, logo que iniciou a inundação no Centro da Capital, ele chegou a ir no Teatro do Museu, para "tentar salvar alguma coisa". "Já naquele momento, na primeira semana das chuvas que afetaram todo o Estado, as águas já haviam estragado o palco, o carpete, pelo menos três cenários e sapatos de espetáculos, as poltronas do Teatro e equipamentos de som e luz (neste caso, os refletores, que estavam no chão)", afirma o produtor. "Foi tudo muito rápido, não deu para salvar nada que estava no andar térreo. Pelo menos, o que estava no alto - a exemplo dos figurinos das peças - se manteve", informa. "Além dos equipamentos já estarem tomados por ferrugem e oxidados, naquela semana também já era possível sentir o cheiro de peixe podre. Ainda não temos noção do prejuízo que isso tudo gerou."

"A gente vive de teatro, então iremos começar de novo", ressalta Karen, emendando que - graças ao escoamento da água nesta semana - ela e o sócio conseguiram entrar no local "de botas, luvas e máscaras", para lavar todo o camarim com uma mangueira e retirar a lama também debaixo das arquibancadas, do escritório e da área de armazenamento técnico. "Nesta empreitada, infelizmente encontrei um arquivo de fotos e documentos históricos da época da Cia. Teatro Novo, totalmente destruído", lamenta Mello.

Para além de perdas materiais, a dupla que coordena os trabalhos da Companhia enumera outros prejuízos, a partir do alagamento no local. "Alguns profissionais que locam o nosso espaço para oficinas de arte (como teatro e música) não irão poder mais trabalhar ali na sede, por enquanto. Também tínhamos viagens para apresentações teatrais em outras cidades, que já estavam programadas, mas está tudo cancelado", sinaliza. "Nosso trabalho sempre foi de formação de plateia. Por isso, também realizamos espetáculos infantis e infanto-juvenis para escolas, tanto recebendo turmas de estudantes (o que agora é inviável) como indo até colégios. Espero que possamos retomar isso em breve, pois infelizmente essas atividades também foram suspensas por enquanto." Karen conta que, paralelamente ao trabalho de limpeza no Teatro do Museu, o grupo está "tentando ajudar" outras pessoas "de alguma maneira".

"Apesar de ser positiva, o que vejo é um cenário de guerra, porque nenhuma das muitas dificuldades que já enfrentamos é comparável a essa. Ainda assim, estamos fazendo uma campanha geral pela nossa página do Instagram, pedindo doações em dinheiro (chave pix: ciaronaldradde@gmail.com) e materiais de limpeza. Também criamos um formulário para ser preenchido por quem quiser ajudar no mutirão, que pretendemos fazer nos próximos dias. Neste caso, é preciso acessar o site da Companhia (ciaronaldradde.com), para se cadastrar. "Desde que iniciamos a campanha, já recebemos muitas ligações, com muitas pessoas querendo ajudar. Faremos o mutirão assim que as chuvas que reiniciaram nesta quinta-feira passarem, com a meta de poder retomar as atividades no final de junho. Somos, desde já, muito gratos a todos que estão nos apoiando", destaca Karen. "Só de saber que tem gente olhando por nós, já deixa a mente mais tranquila. É muito estrago que vamos enfrentar", concorda Mello.

Olha Só

Ivan Mattos
imattos@jornaldocomercio.com.br

Confira mais informações, fotos e conteúdos no nosso blog no site do Jornal do Comércio acessando através deste QR Code. Confere que vai estar tudo lá.

THAYNÁ WEISSBACH/JC

Willian Assis, presidente da AJE Poa, na coordenação dos trabalhos

THAYNÁ WEISSBACH/JC

As voluntárias Juliane Guimarães e Maria Ana Barros

Central de ajuda

O **Centro de Distribuição e Logística**, instalado na **Sociedade Libanesa**, é uma parceria entre a Associação de Jovens Empresários de Porto Alegre (AJE POA), Instituto Avantte e Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), e está sendo coordenado pelo empresário **Willian Assis**, prestando um serviço inestimável neste momento. Recebendo, selecionando e expedindo doações para abrigos cadastrados pelo sistema elaborado pelo **Tecno-Puc** - que concentra o monitoramento dos locais cadastrados – já atendeu 15 mil pessoas. "O entra e sai é incessante de vans, caminhonetes e caminhões com doações", comenta **Maria Ana Barros**, voluntária e esposa de Willian. Kalil Sehbe Neto, presidente da Libanesa, está engajado no trabalho que já recebeu cerca de 40 carretas de doações, mais de 3 milhões de litros de água, montanhas de roupas vindas de todo o Brasil e 10 equipes que entregam as doações nos abrigos, além de **1.000** cestas básicas diárias.

EM TEMPO
Um espaço destinado a reconstruir vidas, concentra combo de colchão, travesseiro, cobertas, lençóis e artigos de higiene para o retorno das pessoas a suas casas.

Apoio clínico

Luiza Pereira Lima, fundadora da **Verte Clinic,** clínica de emagrecimento e bem-estar, colabora com todos os pacientes e influenciadores que realizam o seu tratamento com ela para estabelecer grupos de apoio e disseminar informações sobre ansiedade e alimentação em resposta aos desafios enfrentados na retomada pós-enchentes. Juntos, eles formam um canal de conversa, oferecendo uma rede de apoio em tempos difíceis.

JAQUELINE PEGORARO/DIVULGAÇÃO/JC

Apoio aos pets

JAQUELINE PEGORARO/DIVULGAÇÃO/JC

Jaqueline Pegoraro, Deise Falci e Manu Três

A empresária **Manuele Três**, gaúcha residente em São Paulo, está em Porto Alegre como voluntária no resgate de animais e organizou uma sessão de fotos com o fotógrafo **Carlos Sillero** para registrar personalidades gaúchas que estão apoiando a campanha de adoção de animais resgatados por **Deise Falci** na enchente. São mais de mil animais que serão reabilitados para ganhar um novo lar. As fotos aconteceram na Dolce Pet Care, parceira de Deise. Passaram por lá para apoiar a causa, Paulo Gasparotto, Paula Feijó, Rafael Sóbis, entre outros.

IVAN MATTOS/ESPECIAL/JC

A estilista Valentina Torres Machado e a psicóloga Camilla Terra, cada uma a sua maneira, atuando no apoio aos desabrigados pela enchente

Pausa musical

Por iniciativa da cantora lírica e diretora artística da Casa da Música, **Angela Diel**, o **Projeto Orquestra Jovem Casa da Música** iniciou esta semana um Circuito Musical pelos abrigos de Porto Alegre. Durante duas semanas, alunos e professores da **Associação Amigos Casa da Música (Aacamus)** irão se apresentar, levando distração a esses locais. Os abrigos da Vila Nova e Vila Jardim foram os primeiros a receber os concertos da Camerata da Aacamus. Os coordenadores de abrigos que quiserem solicitar a participação do circuito podem contatar pelo Instagram **@casadamusicapoa**

ANGELA DIEL/DIVULGAÇÃO/JC

De braços abertos

A **Associação Leopoldina Juvenil**, presidida por **Paulo Corazza**, abriu suas portas para recebimento, seleção e distribuição de donativos, contando com a parceria de sócios que se mobilizaram para o voluntariado. **Volmir Tatsch** e **Claudio Solano**, ecônomos do clube, estão no preparo das refeições, juntamente com suas equipes, tendo produzido mais de **70 mil sanduíches** para os resgatados da água, policiais, bombeiros e abrigados em centros de acolhimento de Porto Alegre. Mais de **2.500 refeições** já foram preparadas para os abrigados na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, em frente ao Juvenil, e os vestiários do clube foram disponibilizados para os banhos dos acolhidos.

Jornal do Comércio

www.jornaldocomercio.com

Porto Alegre, sexta-feira e fim de semana, 24, 25 e 26 de maio de 2024

fechamento

Placas

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RS) está isentando a taxa de vistoria para confecção de novas placas de veículos que perderam sua identificação na enchente. A medida só vale para veículos que possuem placa no padrão Mercosul, já que sem o sistema não há possibilidade de realizar alterações cadastrais ou de propriedade do bem. Os Centros de Registro de Veículos Automotores (CRVAs) que não foram atingidos estão abertos para atender proprietários, que poderão solicitar gratuitamente a autorização para a realização do serviço.

BFShow

Encerrou nesta quinta-feira a segunda edição da BFShow, feira de calçados, em São Paulo. Com 318 marcas expositoras, a mostra recebeu mais de 9 mil pessoas, entre compradores brasileiros e estrangeiros. A projeção da indústria é de crescimento entre 0,9% e 2,2% para o setor. A feira também foi palco para a solidariedade aos atingidos pelas enchentes no RS, com tótens com QR para realização de Pix ao Movimento Próximos Passos RS, que está captando recursos para as famílias calçadistas impactadas.

Trabalho

A Superintendência Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul promove nesta sexta-feira aula pública sobre como acessar os mecanismos de preservação de empresas e empregos no período de calamidade. O evento online ocorre às 9h, com palestra de Aline Elesbão, gerente de Relações do Trabalho, pelo link https://bit.ly/Aula_Publica.

Dnit

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) alerta aos usuários que precisarem circular pela BR-116/RS, em Esteio, a partir das 22h de sexta-feira, até às 18h de sábado, em ambos os sentidos da rodovia, para que fiquem atentos às obras nas imediações do km 257, junto à passarela da Estação Esteio da Trensurb. Durante esse período, será feita a desmontagem da passarela antiga.

Solidariedade

A Neugebauer, com sede em Arroio do Meio, no Vale do Taquari, lançou novas embalagens para suas barras ao leite 60g, 80g e 130g e para o doce de leite Mu-Mu, que chegarão aos pontos de venda na primeira quinzena de junho. Os lançamentos trazem um QRCode que possibilita doações via Pix, em qualquer valor, para o Instituto Cultural Floresta, em apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

em foco

O Museu da Cultura Hip Hop RS (rua Parque dos Nativos, 545) anunciará neste sábado, em suas redes sociais, a lista dos selecionados através dos editais do programa

Vem Pro Museu,

financiado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura. Além disso, o museu irá reabrir, e o funcionamento normal deve ser restabelecido no dia 29 de maio. O local seguirá sendo ponto de coleta de doações, diariamente, das 8h às 17h, e passará por reparos no telhado e uma limpeza geral antes da reabertura. Por sua vez, o programa Vem Pro Museu contempla cinco editais nas áreas: exposições museológicas, eventos esportivos, escritores e escritoras, eventos culturais, produção musical e gravação musical. Além disso, um formulário para recebimento de outras propostas também segue disponível, para que o Museu receba projetos de atividades que não se adequam às normas dos editais. O edital é permanente e novas convocatórias serão anunciadas no decorrer do ano.

NELSON ALMEIDA/AFP/JC

A Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMCEC), em parceria com a Central Única de Favelas (Cufa-RS), abriu formulário para cadastramento exclusivo dos trabalhadores da cadeia econômica da cultura e eventos, residentes em Porto Alegre, que se encontram em insegurança alimentar em decorrência das enchentes, para recebimento de

cestas básicas.

A ação estará vigente enquanto houver estoque das 500 cestas básicas disponíveis, com limite de uma por CPF. Também serão doados cobertores e colchões (no limite de até dois por CPF), caso informado no formulário. É preciso aguardar aprovação do pedido. A entrega é exclusiva para artistas, técnicos e profissionais da cadeia econômica da cultura e será feita na Cinemateca Capitólio, em data a ser informada a partir da aprovação do cadastro. Informações pelo e-mail cestasbasicas.smcpoa@gmail.com.

RAFAEL RHODEN/ARQUIVO PESSOAL/JC

Após 18 dias, os sócios do espaço cultural

Grezz

puderam entrar no estabelecimento, localizado no bairro São Geraldo e diretamente atingido pelas cheias no Guaíba. Rafael Rhoden, um dos sócios, atualizou os danos causados pela enchente. Até o momento, o prejuízo estimado chega perto dos R$ 350 mil. A cozinha industrial, mesmo erguida a cerca de 60cm no dia 3 de maio, quando a enxurrada subiu, está totalmente destruída. A água, segundo os proprietários, chegou a 1,80m dentro do local. O carro usado para compras e emergências ficou completamente submerso, e o subwoofer, um dos equipamentos mais caros e pesados da casa noturna, ainda não foi encontrado. Como boa noícia, o piano do local, com mais de 100 anos e xodó de Rhoden, não foi atingido. Por estar a mais de 1,80m do chão, o móvel esteve em contato apenas com a umidade do local e passará por uma revisão.

previsão do tempo

FONTE: METSUL METEOROLOGIA

Rio Grande do Sul

O tempo seguirá instável em grande parte do Estado ao longo desta sexta-feira. O dia, além de chuvoso, será ventoso em grande parte das regiões, com previsão de forte declínio da temperatura da tarde para a noite. O vento sul/sudoeste terá rajadas entre 50 e 70 km/h com até 80 km/h pontualmente. A tarde terá temperatura ao redor de 12°C a 14°C e, sob a ação do vento, a sensação térmica será baixa. O volume de precipitação tende a ser irregular, porém, com expectativa de volumes muito menores. A temperatura mínima deverá ocorrer no fim da noite, por conta do ingresso do ar polar.

5° 18°

Porto Alegre

O tempo fica úmido, com muitas nuvens e pancadas de chuva deverão ocorrer ao longo da sexta-feira. A temperatura despenca da tarde para a noite, com previsão de frio intenso. O dia será ventoso com rajadas de Oeste e Sul, que poderão impactar no nível do Guaíba. No fim de semana o sol aparece entre nuvens, com previsão de frio de inverno.

11° 18°

PORTO ALEGRE NOS PRÓXIMOS DIAS

Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira
14°	16°	16°	16°	19°
9°	11°	12°	10°	13°